

**RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - EXERCÍCIO DE 2016
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.**

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Mensagem do Conselho de Administração	3/72
2. Atividade Portuária	5/72
3. Investimentos	13/72
4. Concessões	14/72
5. Segurança no Porto.....	17/72
6. Área de Desenvolvimento de Negócios, Relações Externas e Comunicação	19/72
7. Recursos Humanos.....	23/72
8. Análise Económico-Financeira.....	31/72
9. Perspetivas Futuras	39/72
10. Proposta de Aplicação dos Resultados	40/72
11. Cumprimento das Orientações Legais	41/72
12. Práticas de Boa Governação Societária	65/72
13. Nota Final	72/72

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2016 foi importante para o porto de Aveiro pela adaptação efetuada nas instalações e equipamentos visando criar condições logísticas e operacionais para receber navios de maior porte. As empresas de estiva investiram na construção de novos armazéns na área portuária e o trem de rebocadores viu reforçada a sua capacidade.

Estas alterações permitiram que o porto esteja em condições para receber navios de 170 metros de comprimento, sem restrições.

O movimento de mercadorias beneficiou com estas condições e verificou-se o crescimento dos graneis líquidos, em 233 mil toneladas, e dos graneis agroalimentares, em 63 mil toneladas, o que compensou, parcialmente, a quebra na movimentação de cimento, que atingiu 423 mil toneladas. O movimento anual totalizou 4,541 milhões de toneladas.

Este novo perfil do porto de Aveiro encerra, para futuro, um potencial de crescimento em que a APA deve participar, focando-se no estabelecimento de condições operacionais adequadas, principalmente no que se refere à realização das manobras dos navios e ao controlo das operações, já que a movimentação de mercadorias tenderá a ser assegurada, na sua totalidade, pelas empresas de estiva.

No que ao futuro diz respeito, a realização dos investimentos estruturais, nomeadamente a implementação da operacionalidade do Terminal de Graneis Líquidos e a infraestruturação da Zona de Atividades Logísticas, Industriais e Marítimas (ZALIM), previstos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2017-2019 e na Estratégia do Governo, para o Aumento da Competitividade Portuária - Horizonte 2016-2026, apresentada no pretérito dia 19 de dezembro de 2016, contribuirão para a afirmação do Porto de Aveiro enquanto polo logístico e industrial competitivo, onde os seus clientes podem beneficiar de acesso direto a ligações multimodais.

Numa outra vertente da atividade, importa ainda realçar, que a APA, S.A. manteve e reforçou a sua política de proximidade com a comunidade envolvente, através de iniciativas próprias e do apoio às iniciativas de terceiros, de diversa índole: culturais, filantrópicas, associativas, recreativas.

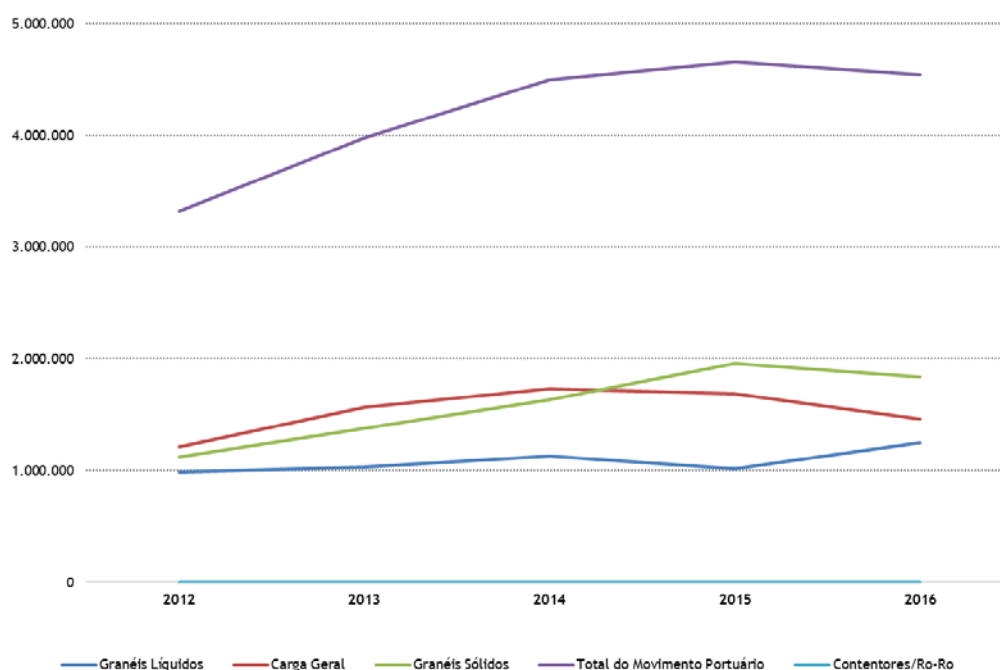
Por último, impõe-se, por um lado, agradecer a dedicação e o empenho dos trabalhadores da APA, S.A., e por outro, a confiança de toda uma Comunidade Portuária que acredita no futuro do Porto de Aveiro e está apostada em aumentar, mais e mais, a sua competitividade e o contributo para alavancar o desenvolvimento da economia nas regiões que serve.

2. Atividade Portuária

O movimento de mercadorias no Porto de Aveiro recuou, em 2016, 2,46%, depois do recorde de 4,565 milhões de toneladas, registado em 2015. A Carga Geral foi o segmento de carga mais penalizado, com uma quebra de 13,57%, relativamente aos 1,686 milhões de toneladas movimentadas em 2015. A contrariar esta tendência de quebra estiveram os granéis líquidos que atingiram um novo recorde com 1,246 milhões de toneladas movimentadas em 2016.

A distribuição da carga movimentada no porto, em 2016, foi de 40,47% para os Graneis Sólidos, 32,09% para a Carga Geral e 27,43% para os Graneis Líquidos.

Movimento no porto de Aveiro



2.1. Movimento de Navios

O movimento no Porto de Aveiro registou, em 2016, um total de 1.020 navios, a que corresponde uma arqueação bruta (GT) total de 5.042.687. Face ao ano anterior, observa-se um aumento de 1,49% e 11,23%, no número de navios e no GT, respetivamente, o que implicou um aumento na arqueação média dos navios, que passou de 4.511 em 2015 para 4.944 em 2016.

O aumento da arqueação bruta média dos navios foi transversal à quase totalidade das cargas que escalaram o Porto de Aveiro em 2016, com destaque para os combustíveis líquidos (gasóleo e gasolina) e granéis sólidos alimentares. Este resultado global é reflexo direto da política desta administração de receber navios de maior dimensão. Política esta, consolidada com a conclusão da melhoria das acessibilidades marítimas da barra do Porto de Aveiro bem como pela vinda de um rebocador mais potente, potenciando, assim, as infraestruturas portuárias existentes.

Classe de GT	2016		2015		Δ% 16/15	
	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total
Total	1.020	5.042.687	1.005	4.533.519	1,49%	11,23%
< 2000	42	71.861	49	86.530	-14,29%	-16,95%
2000 - 3000	373	1.008.643	376	1.005.427	-0,80%	0,32%
3001 - 4000	189	669.313	182	652.920	3,85%	2,51%
4001 - 5000	146	655.441	154	678.431	-5,19%	-3,39%
5001 - 6000	71	385.288	76	409.710	-6,58%	-5,96%
6001 - 7000	46	298.446	52	331.217	-11,54%	-9,89%
7001 - 8000	16	121.483	31	237.489	-48,39%	-48,85%
8001 - 9000	27	225.185	15	125.476	80,00%	79,46%
9001 - 10.000	20	189.992	9	87.203	122,22%	117,87%
10.001 - 11.000	4	40.886	8	82.120	-50,00%	-50,21%
11.001 - 12.000	11	128.704	6	69.616	83,33%	84,88%
> 12.001	75	1.247.445	47	767.380	59,57%	62,56%

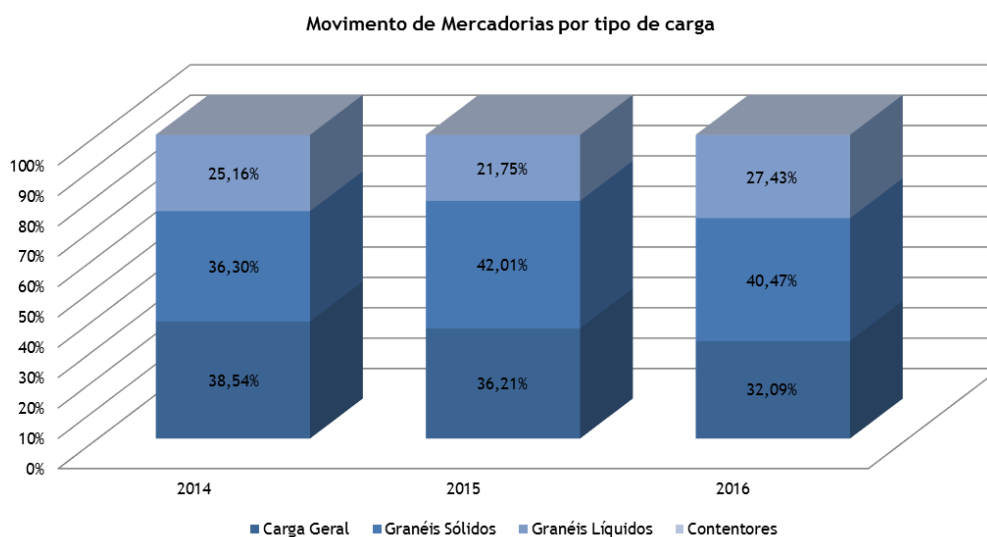
2.2. Movimento de Mercadorias

2.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga

O quadro seguinte resume o movimento de mercadorias nos dois últimos anos, por tipo de carga.

	Toneladas		
	2016	2015	Δ%16/15
Total do Movimento Portuário	4.541.514	4.656.103	-2,46%
Carga Geral Fracionada	1.457.184	1.685.910	-13,57%
Granéis Sólidos	1.837.995	1.956.115	-6,04%
Granéis Líquidos	1.245.731	1.012.536	23,03%
Carga Contentorizada	604	1.541	-60,78%

Relativamente à distribuição da movimentação de mercadorias por tipo de carga evidencia-se o predomínio do tráfego de Graneis Sólidos sobre as restantes cargas, conforme se observa no gráfico seguinte.



2.2.1.1. Carga Geral Fracionada

A Carga Geral Fracionada, registou uma diminuição de 13,57%, face a 2015, tendo sido a segunda principal componente de tráfego total deste porto. A principal mercadoria que contribuiu para esta variação foi o cimento embalado (-318.962 toneladas). As mercadorias que mais contribuíram para o total de Carga Geral Fracionada foram os metais (565 mil toneladas), os cimentos embalados (356 mil toneladas) e as pastas químicas de madeira (240 mil toneladas).

	Toneladas		
	2016	2015	Δ 16/15
Total de Carga Geral Fracionada	1.457.184	1.685.910	-228.726
Metais	564.839	530.479	34.360
Cimentos	356.057	675.019	-318.962
Pastas químicas de madeira	239.770	226.846	12.923
Madeira Densificada	120.847	128.154	-7.308
Madeira	58.321	38.452	19.869
Outras Cargas Geral	117.351	86.960	30.391

2.2.1.2. Granéis Sólidos

Os Graneis Sólidos registaram uma diminuição de 6,04%, face a 2015. As principais mercadorias que contribuíram para esta variação foram o clínquer (-119.574 toneladas) e o cimento a granel

(-101.518 toneladas). As mercadorias que mais contribuíram para o movimento total de Granéis Sólidos foram o Milho (376 mil toneladas), desperdícios de madeira (226 mil toneladas) e o carbonato disódico (162 mil toneladas).

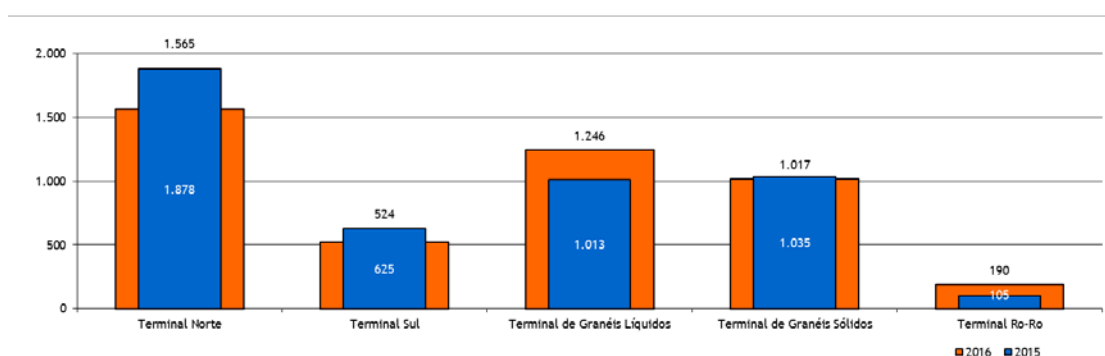
	Toneladas		
	2016	2015	Δ 16/15
Total de Granéis Sólidos	1.837.995	1.956.115	-118.120
Milho	376.488	411.172	-34.684
Desperdícios de madeira	225.841	245.182	-19.341
Carbonato	161.739	140.864	20.875
Trigo	149.980	94.438	55.542
Argila / Outras argilas caulínicas	146.982	133.142	13.840
Cimentos	143.400	244.918	-101.518
Clinker	111.673	231.247	-119.574
Caulino	100.451	67.662	32.789
Arroz	74.430	32.767	41.663
Coque	71.635	122.112	-50.477
Feldspato	54.123	58.773	-4.650
Outros Granéis Sólidos	221.253	173.839	47.414

2.2.1.3. Granéis Líquidos

O movimento de Granéis Líquidos registou um aumento de 23,03%, face a 2015. O gasóleo (406 mil toneladas) e o cloreto de vinilo (170 mil toneladas) foram as principais mercadorias movimentadas.

	Toneladas		
	2016	2015	Δ 16/15
Total de Granéis Líquidos	1.245.731	1.012.536	233.195
Gasóleo	406.083	232.180	173.903
Cloreto de vinilo	169.604	157.528	12.076
Benzeno	151.985	137.821	14.164
Isocianatos	133.302	144.686	-11.384
Metanol	72.337	74.527	-2.190
Gasolinas	69.518	24.924	44.594
Óleos	67.280	46.116	21.164
Outros Granéis Líquidos	175.622	194.754	-19.132

2.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal



2.2.2.1. Terminal Norte

O Terminal Norte representou 34,46% do movimento global do porto, tendo-se verificado uma diminuição de 313 mil toneladas face ao ano anterior.

	Toneladas		
	2016	2015	Δ 16/15
Total - Terminal Norte	1.564.866	1.878.168	-313.302
Carga Geral	937.748	1.173.317	-235.568
Granéis Sólidos	626.849	704.240	-77.391
Carga Contentorizada	268	611	-343

2.2.2.2. Terminal Sul

O Terminal Sul movimentou 524 mil toneladas, que corresponderam a 11,53% do movimento total, apresentando uma diminuição de 102 mil toneladas relativamente a 2015.

	Toneladas		
	2016	2015	Δ 16/15
Total - Terminal Sul	523.577	625.273	- 101.697
Carga Geral	309.483	333.204	-23.721
Granéis Sólidos	214.067	292.070	-78.003
Carga Contentorizada	28	0	28

2.2.2.3. Terminal de Granéis Líquidos

No Terminal de Granéis Líquidos o movimento de mercadorias ascendeu a 1,246 milhões de toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 233 mil toneladas.

	Toneladas		
	2016	2015	Δ 16/15
Total - Terminal de Granéis Líquidos	1.245.731	1.012.536	233.195
Granéis Líquidos	1.245.731	1.012.536	233.195

2.2.2.4. Terminal de Granéis Sólidos

No Terminal de Granéis Sólidos o movimento de mercadorias ascendeu a 1,017 milhões de toneladas, representando uma diminuição, face ao ano transato, de 17 mil toneladas.

	Toneladas		
	2016	2015	Δ 16/15
Total - Terminal de Granéis Sólidos	1.017.111	1.034.801	-17.689
Granéis Sólidos	923.221	943.360	-20.139
Carga Geral	93.890	91.441	2.449

2.2.2.5. Terminal de Contentores e Ro-Ro

No Terminal de Contentores e Ro-Ro o movimento de mercadorias ascendeu a 190 mil toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 85 mil toneladas.

	Toneladas		
	2016	2015	Δ 16/15
Total - Terminal de Contentores e Ro-Ro	190.229	105.324	84.904
Granéis Sólidos	73.858	16.446	57.412
Carga Geral	116.063	87.949	28.114
Carga Contentorizada	308	930	-622

2.2.3. Movimento de Mercadorias por Importações / Exportações

	Toneladas		
	2016	2015	Δ 16/15
Total de Mercadorias Movimentadas	4.541.514	4.656.103	- 114.589
Importações	2.780.584	2.350.563	430.021
Exportações	1.760.930	2.305.540	-544.610

No ano de 2016, as importações representaram 61,23% do total do movimento do porto, sendo os metais, o gasóleo, o milho e o cloreto de vinilo as principais mercadorias.

No quadro seguinte, são apresentadas as principais mercadorias importadas nos anos 2015 e 2016.

	Toneladas		
	2016	2015	Δ 16/15
Total de Mercadorias Importadas	2.780.584	2.350.563	430.021
Metais	494.842	462.135	32.707
Gasóleo	406.083	232.180	173.903
Milho	376.488	411.172	-34.684
Cloreto de vinilo	169.604	157.528	12.076
Carbonato disódico	168.971	141.266	27.705
Benzeno	151.985	137.821	14.164
Trigo	149.980	94.438	55.542
Óleos e Bagaços vegetais	78.728	66.032	12.696
Arroz	74.881	32.817	42.064
Metanol	72.337	74.527	-2.190
Coque	71.635	122.112	-50.477
Gasolinas	69.518	24.924	44.594
Argilas	50.004	45.980	4.024
Outros	445.528	347.630	97.898

Relativamente às exportações, registou-se uma diminuição de 23,62%, face a 2015, sendo o cimento, a pasta química de madeira e os desperdícios de madeira as principais mercadorias.

	Toneladas		
	2016	2015	Δ 16/15
Total de Mercadorias Exportadas	1.760.930	2.305.540	-544.610
Cimentos	469.069	892.230	-423.161
Pastas químicas de madeira	239.770	226.846	12.924
Desperdícios de madeira	189.089	236.583	-47.494
Isocianatos	133.302	144.686	-11.384
Madeira densificada	120.847	128.156	-7.309
Clinker	111.673	231.247	-119.574
Argilas	102.722	93.268	9.454
Caulino	79.276	46.123	33.153
Metais	69.998	68.478	1.520
Máquinas, aparelhos, ferramentas e acessórios	59.620	26.868	32.752
Outros	185.564	211.053	-25.490

2.3. Setor das Pescas

	2016		2015		2014	
	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios
Porto de Pesca Costeira	8.763	—	7.712	—	6.143	—
Porto Pesca do Largo	4.987	8	3.631	5	8.097	13

2.3.1. Porto de Pesca Costeira

Este setor, vocacionado para a descarga, armazenagem e comercialização de pescado por embarcações de pequeno porte registou, em 2016, um aumento de 13,63%, face a 2015.

2.3.2. Porto de Pesca do Largo

Este terminal serve armadores de pesca do largo e as indústrias do processamento do pescado instaladas na Gafanha da Nazaré, dispondo para isso de 17 pontes-cais.

Este terminal registou, em 2016, um aumento de 37,35% na carga total movimentada, face a 2015.

3. Investimentos

O montante de investimento executado em 2016 ascendeu a 285 mil euros, sendo que **36 mil euros** corresponderam à execução de **investimentos estruturais** e **249 mil euros** à execução de **investimentos funcionais**.

O projeto de **investimento estrutural** realizado em 2016, Monitorização da Hidrodinâmica da Ria de Aveiro, no âmbito da empreitada de Prolongamento do Molhe Norte do Porto de Aveiro, consiste no registo e análise regular, desde 2012 até 2017, dos níveis de maré, da intensidade da corrente e da salinidade, dando reposta ao estabelecido na Declaração de Impacte Ambiental n.º 2082, relativa ao projeto de *"Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro"*.

Dos projetos de **investimento funcionais** realizados em 2016, destacam-se a prestação de serviços especializados para o desenvolvimento e implementação da Fatura Única Portuária, no montante de 58 mil euros; a ampliação das redes CCTV e iluminação dos terraplenos do Terminal de Contentores e Ro-Ro, no montante de 35 mil euros; a empreitada de vedação do Terminal Norte, Terminal de Graneis Líquidos e do Feixe de Linhas, no montante de 30 mil euros e a prestação de serviços especializados para a implementação de uma solução sistema de Informação Geográfica (SIG) para a gestão integrada, no montante de 30 mil euros.

Por último destaca-se que o custo total dos investimentos realizados em 2016 foi totalmente financiado por fundos próprios.

4. Concessões

4.1. Existentes

4.1.1. De Serviço Público

4.1.1.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.

Durante o ano de 2016, assistiu-se a uma diminuição do movimento portuário no Terminal Sul, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A., registando-se um decréscimo de 16,26% (ver informação identificada no ponto 2.2.2.2. - Movimento de Mercadorias por Terminal, deste documento).

4.1.1.2. Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.

No ano de 2016, assistiu-se a um aumento do número de manobras efetuadas pela empresa à qual se encontra adjudicada, desde 29 de outubro de 2013, a *Concessão da Prestação da Atividade de Reboque, em regime de serviço público no porto de Aveiro* - TINITA - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.. Este contrato de concessão produziu efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

Importa ainda referir que a entrada em vigor deste contrato de concessão permitiu reforçar a frota de rebocadores ao dispor dos clientes do porto de Aveiro.

		2016	2015
Número de manobras		1.188	1.123
Dimensão dos navios	Menor que 115 metros	657	651
	Entre 115 e 125 metros	30	56
	Entre 125 e 135 metros	61	120
	Entre 135 metros e 150 metros	168	101
	Maiores que 150 metros	272	195

4.1.2. De Uso Privativo

4.1.2.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.

Em 2016, o terminal SOGRAIN, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A., instalado no terminal de granéis sólidos do porto de Aveiro, movimentou 505.376 toneladas.

Esta instalação compreende 16 silos e respetivos equipamentos de carga/descarga, totalmente automatizados e em circuito fechado. A capacidade de armazenamento do terminal é de 60 mil toneladas.

4.1.2.2. Navalria Docas, Construções e Reparações Navais, S.A.

Em 2016, a Navalria deu continuidade à atividade de reparação e construção naval.

4.1.2.3. Docapesca - Portos e Lotas, S.A.

A APA, S.A. e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A. celebraram o contrato de concessão de instalações destinadas a atividades da pesca e serviços conexos no porto de pesca costeira de Aveiro, com efeitos a 1 de outubro de 2014.

Durante o ano de 2016, registou-se um aumento de 1.051 toneladas de pescado transacionado no Porto de Pesca Costeira de Aveiro, conforme identificado no ponto 2.3. - Sector das Pescas, deste documento.

4.1.2.4. Prio Biocombustíveis, S.A.

Em 2016, o estabelecimento industrial de produção de biodiesel, no terminal de granéis líquidos, movimentou de 182.713 toneladas (+13,68%, face a 2015).

4.1.2.5. Prio Parques de Tanques de Aveiro, S.A.

Em 2016, a Prio Energy, S.A. movimentou 215.213 toneladas (+21,49%, face a 2015).

4.1.2.6. Pellets Power, Lda.

Em 2016, a Pellets Power, Lda. movimentou nas suas instalações, no terminal norte do Porto de Aveiro um total de 82.582 toneladas (+0,23%, face a 2015).

4.1.2.7. Enerpellets, S.A.

Em 2016, a Enerpellets, S.A. movimentou 60.299 toneladas (-28,80%, face a 2015).

4.1.2.8. SGPAMAG - Sociedade de Granéis Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Granéis, S.A.

Em 2016, a SGPAMAG, S.A. movimentou 211.093 toneladas (+11,73%, face a 2015). Refira-se que esta concessão de uso privativo, atribuída em 2010, inclui duas parcelas dominiais com uma área total de 49.725 m² no terminal de granéis líquidos.

4.1.2.9. PPS - Produtos Petrolíferos, S.A.

Em 2016, a PPS - Produtos Petrolíferos, S.A., registou um tráfego de 6.714 toneladas (+60,02%, face a 2015). A empresa iniciou a sua atividade em 2015 após concluir a construção de um parque de receção, armazenagem, movimentação e expedição de combustíveis gasosos, tendo movimentado, no primeiro ano de exploração, 4.196 toneladas.

4.2. Outras Concessões

4.2.1. Plataforma Logística de Aveiro - Pólo de CACIA

A Plataforma Logística Portuária de Aveiro - Pólo de CACIA iniciou a sua exploração efetiva no início de 2010, tendo sido efetuados vários movimentos de mercadorias com especial destaque para o cimento ensacado e o aglomerado de madeira. De salientar que esta plataforma logística visa assegurar o encaminhamento eficiente das mercadorias com origem e destino no porto de Aveiro, assim como contribuir para um alargamento do seu *hinterland* natural até Espanha.

Em 2016 continuou a registar-se uma utilização significativa da Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro cujo movimento ascendeu a 7,38% do total de mercadorias do porto. Neste sétimo ano de exploração da referida infraestrutura, foi efetuado um tráfego de 335 mil toneladas de mercadorias, na sua quase totalidade destinadas à exportação, atingindo 19,05% do total deste fluxo do porto.

5. Segurança no Porto

5.1. Plano de Emergência Interno da APA, S.A.

No dia 19 de novembro de 2016 foi realizado um exercício de simulacro, acidente simulado, no Terminal de Granéis Líquidos (TGL) do Porto de Aveiro e teve como principal objetivo avaliar a capacidade de resposta no âmbito da emergência.

O simulacro contou com uma maior envolvência da empresa CIRES – Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, S.A., tendo em conta o cenário proposto, fuga de cloreto de vinilo monómero (VCM), de uma esfera daquela Instalação Portuária de Receção (IPR).

Para além da estrutura do Plano de Emergência Interno (PEI) da APA, S.A. estiveram envolvidos no simulacro a Autoridade Marítima, o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Aveiro, a Proteção Civil da Camara Municipal de Ílhavo, a Guarda Nacional Republicana, as duas Corporações de Bombeiros Voluntários de Aveiro e as Corporações de Bombeiros Voluntários de Ílhavo e de Vagos, a empresa de Rebocadores Tinita – Transportes e Reboques Marítimos, S.A. e a equipa de brigadistas da empresa CIRES – Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, S.A. que se deslocaram a partir de Estarreja após dado o alerta pela IPR no TGL.

A APA, S.A., após a comunicação do incidente, ativou o PEI, tendo o Centro de Coordenação de Operações reunido no edifício sede da APA, S.A.. No final do simulacro foi constatado por todas as entidades a importância da realização deste tipo de exercícios que permitem aferir os procedimentos operacionais em vigor e melhorá-los de acordo com as propostas, refletidas no relatório final elaborado pelo responsável do PEI da APA, S.A..

5.2. *International Ship and Port Facility Security Code (ISPS) Plano de Proteção do Porto*

A APA, S.A., realizou no dia 29 de novembro de 2016, um exercício no âmbito do PEI, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro, envolvendo as instalações portuárias localizadas no TGL, certificadas no âmbito do *International Ship and Port Facility Code* (Código ISPS), procurando treinar e aferir a articulação de todos os intervenientes com responsabilidades de atuação no âmbito da Proteção do Porto.

No dia 29 de novembro de 2016, após elevação do nível de proteção do porto e das instalações portuárias no TGL, pela Autoridade Competente para a Proteção do Transporte Marítimo e dos Portos (ACPTMP), foi operacionalizado o Centro Coordenador de Operações de Proteção do Porto (CCOPP), a partir das 06:00, nas instalações da Polícia Marítima no Forte da Barra. No CCOPP estiveram presentes a Autoridade Marítima, a Autoridade Portuária, a ACPPTM e os responsáveis das forças de segurança com competências na área portuária. Tendo em conta o cenário definido para o exercício esteve presente no mesmo, a Unidade de Intervenção (UI) do Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo (CIESS) da Guarda Nacional Republicana.

Todas as entidades e Autoridades envolvidas no exercício atuaram de forma concertada, complementar e articulada numa resposta considerada bastante eficaz.

Estas ações são extremamente relevantes na promoção do entrosamento entre entidades, na facilitação da coordenação no terreno, na identificação da disponibilidade de recursos e da capacidade de intervenção das forças de segurança do porto, para além de constituírem também oportunidades de treino para o CCOPP e para os oficiais e equipas de proteção das Instalações Portuárias envolvidas.

5.3. Controlo do Tráfego Marítimo do porto de Aveiro

O Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do porto de Aveiro, inaugurado em julho de 2008, e a funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana, é o órgão operacional do *Vessel Traffic Service* (VTS) o qual tem por missão garantir a troca de informação necessária no âmbito da segurança do porto. O serviço VTS, colaborando diretamente com o Departamento de Pilotagem, monitoriza permanentemente todas as embarcações e navios que demandam o porto de Aveiro.

5.4. Segurança e Higiene no Trabalho

Em 21 de agosto de 2014, foi constituída a Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho do Porto de Aveiro. Nesta Comissão estão representados os principais intervenientes na operação dos terminais, tendo sido estabelecidas reuniões regulares e apresentados os seguintes objetivos principais:

- Dar seguimento ao preconizado na Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro;
- Monitorizar a gestão da prevenção nas instalações portuárias; e
- Agilizar procedimentos, entre todas as entidades, por forma a efetivar a implementação de boas práticas na SST nos terminais do Porto de Aveiro.

6. Área de Desenvolvimento de Negócios, Relações Externas e Comunicação

6.1. Iniciativas de Desenvolvimento de Negócios

Em 2016 foram estabelecidos contatos com armadores de vários segmentos do *Shipping* nomeadamente graneleiros, contentores e Ro-Ro, bem como com diversos operadores logísticos interessados em estabelecer relações comerciais com o Porto de Aveiro.

Relativamente à ZALIM, foram levadas a cabo um conjunto de ações com o intuito de encontrar novos parceiros com potencial para a sua dinamização.

A ligação ferroviária a Salamanca (Espanha) foi outro dos projetos acompanhados, durante o ano, tendo sido envolvidas diversas entidades dos dois países.

6.2. Iniciativas de Promoção do Porto

Visita do Presidente da Autoridade Portuária Marin, 20 de janeiro

A APA, S.A., recebeu a visita do Presidente da Autoridade Portuária de Marin. Durante o encontro foram discutidos assuntos relacionados com o sector portuário de ambos os países.

Reunião da FIMOP - Federação Ibérica de Empresas Estivadoras e Agentes de Navegação, 4 de março

A APA, S.A., acolheu no dia 4 de março, uma reunião da FIMOP - Federação Ibérica de Empresas Estivadoras e Agentes de Navegação. Durante a reunião foram abordados diversos temas de interesse comum para o setor na Península Ibérica.

Comemoração do dia do Porto de Aveiro, 3 de abril

A efeméride foi celebrada no dia 3 de abril com um concerto musical, no Centro Cultural da Gafanha da Nazaré, tendo sido a Comunidade Portuária de Aveiro (CPA) em parceria com a APA, S.A. promotora do evento. O concerto comemorativo do dia do porto de Aveiro contou com a atuação do cantor Miguel Ângelo com o seu último trabalho intitulado "*Segundo*". Estiveram presentes cerca de 300 espetadores.

Visita de uma delegação das empresas Senvion e Ria Blades, 21 de junho

A APA, S.A., recebeu no dia 21 de junho a visita do Vice Presidente da Senvion e do Diretor da Ria Blades. Durante o encontro foram discutidos assuntos de interesse comum.

Techdays Aveiro 2016, 15 a 17 de setembro

A APA, S.A. e a CPA estiveram presentes, na edição de 2016 da TECHDAYS, com um *stand* de promoção do Porto de Aveiro.

IX Congresso da AGEPOR - “O novo ciclo dos Portos Portugueses”, 9 e 10 de outubro no Douro

A APA, S.A. patrocinou o IX Congresso da AGEPOR, cuja temática assentou na discussão do novo ciclo dos Portos Portugueses.

19.º Congresso de Logística da Associação Portuguesa de Logística (APLOG) com o tema “Supply Chain num Contexto de Mudança”, 19 e 20 de outubro no Centro de Congressos de Lisboa

A APA, S.A. patrocinou o 19.º Congresso da APLOG que, nesta edição, contemplou diversas sessões plenárias de teor estratégico e conceptual, sessões paralelas de cariz técnico e prático, assim como diversas ações de demonstração de boas práticas logísticas e promoção de *networking* e de relacionamento estratégico entre os participantes.

Fórum do Mar 2016, de 16 a 18 de novembro, na Exponor, Matosinhos

A APA, S.A., a CPA - Comunidade Portuária de Aveiro, a CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, o GAC- Grupo de Ação Costeira e Câmara Municipal de Ílhavo, a Universidade de Aveiro e o ISCIA - Instituto Superior das Ciências da Informação e da Administração estiveram presentes, na edição de 2016 do Fórum do Mar, com um *stand* de promoção da região de Aveiro.

Importa, ainda, referir que a APA, S.A. marcou presença através de inserções publicitárias, ao longo de 2016, em inúmeras publicações de carácter geral e da especialidade.

6.3. Comunicação

Em 2016 manteve-se a política assumida pelo Conselho de Administração, de divulgação regular de notícias referentes ao porto de Aveiro e nos mais diversos suportes.

Difusão efetuada através do portal *web* e de *newsletters* eletrónicas difundidas para vários milhares de cibernautas.

Em 2016 foram difundidas 75 *webletters* editáveis (71 em 2015), no que reporta à APA, S.A., havendo a registar mais 80 *webletters* editáveis enviadas pelo portal da Comunidade Portuária de Aveiro (CPA) (61 em 2015).

A interpenetração com as redes sociais é outro pormenor a ressaltar, através da publicação/replacação de conteúdos no *Facebook*, *Twitter*, *Slideshare*, *History Pin* e *Youtube*.

A *fan page* no *Facebook* da APA, S.A. registava, 06 de janeiro de 2017, 1.361 seguidores e a da CPA registava, a 11 de janeiro de 2017, 192 seguidores.

A 11 de janeiro de 2017, cada um dos espaços no *Twitter* da APA, S.A. e da CPA registavam 365 seguidores.

O espaço da APA, S.A. no *FLICKR*, criado em 2014, oferece atualmente, aos cibernautas, 3.218 fotos distribuídas por 51 álbuns (759 fotos/18 álbuns em 2015).

O Porto de Aveiro, pioneiro das administrações portuárias portuguesas no *Youtube* oferece aos cibernautas um conjunto assinalável de vídeos, das maiores ofertas no panorama das empresas públicas portuguesas, com um total de 842 vídeos (em 2015 registava a publicação de 763 vídeos).

A 24 de março de 2017, o *Youtube* indicava um total de 464.537 visualizações, representando 308.078 minutos de tempo de visualização e 289 subscritores do canal.

Prosseguiu-se com a política encetada há vários anos e que consiste em manter presença regular nos meios de comunicação social ditos “tradicionais”. Sem um relato exaustivo, destacamos os suplementos publicados no jornal regional Diário de Aveiro, os programas quinzenais “Porto de Encontro”, emitido pela “Rádio Terra Nova”, e o programa da Comunidade Portuária de Aveiro, este difundido pela Rádio Voz da Ria, isto para além da participação noutros produtos da imprensa escrita (suplementos, cadernos especiais, edições especiais, etc.).

A redação de *press releases*, de textos para intervenções várias foi outra das atividades desenvolvidas, bem como o apoio prestado aos *media*, quer através da canalização de dados solicitados, quer, e significativamente, através do fornecimento de fotografias atuais do porto de Aveiro (terrestres e aéreas). O mesmo vale para a cedência de fotografia e cartografia do arquivo histórico-documental do porto de Aveiro, quer para fins académicos, quer para propósitos de investigação científica ou ainda para integrarem iniciativas promovidas por entidades terceiras, como sejam exposições em sala.

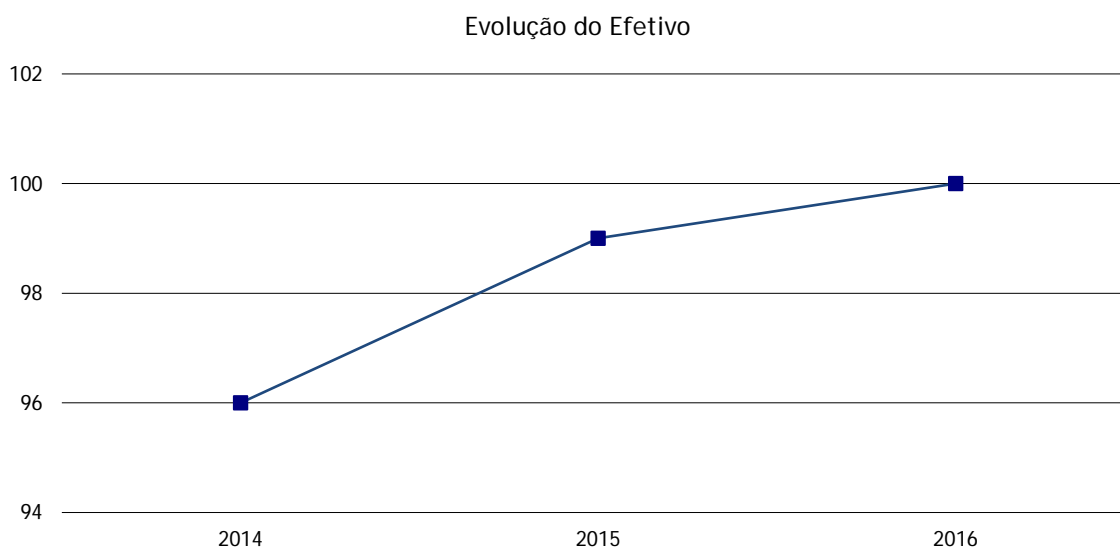
A colaboração com os gabinetes de comunicação governamentais, instituições académicas e empresas, associações de diversa índole, sempre que solicitada, integra também o leque de atividades do gabinete de comunicação da APA, S.A.. Procedeu-se, diariamente, à monitorização

dos conteúdos publicados sobre o porto de Aveiro nos mais diversos suportes mediáticos, quer através dos recursos possibilitados pela *Cision*, quer através de alertas específicos da *Google*, ainda em buscas dirigidas na *web* e consulta de publicações em formato papel.

7. Recursos Humanos

7.1. Evolução do Efetivo

O efetivo da APA, S.A. registou a seguinte evolução no decurso dos 3 últimos anos:



O número de efetivos, apresentado no gráfico supra, corresponde aos colaboradores ao serviço da APA, S.A. a 31 de dezembro de cada um dos exercícios.

No que concerne à evolução do efetivo, registou-se um acréscimo do seu número em 2016, de 99 para 100. Durante o ano de 2016, o número médio de colaboradores ao serviço da APA, S.A. ascendeu a 100, tendo-se registado a contratação de dois colaboradores, uma piloto (fevereiro de 2016) e um motorista marítimo (julho de 2016), e a saída de um colaborador (julho de 2016), por reforma por invalidez.

7.2. Habilitações Literárias

No que respeita ao nível habilitacional dos Recursos Humanos, os colaboradores habilitados com o 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico representam 44%, do total do efetivo, seguido de colaboradores habilitados com ensino superior (34%) e do ensino secundário (22%).

	N.º de Trabalhadores	
	2016	2015
Habilitações Literárias	100	99
1.º Ciclo do ensino básico	9	9
2.º Ciclo do ensino básico	12	11
3.º Ciclo do ensino básico	23	23
Ensino secundário	22	22
Ensino superior politécnico	2	2
Ensino superior universitário	28	28
Outros	4	4

No quadro infra encontra-se plasmado o nível habilitacional dos Recursos Humanos da APA, S.A. desagregado por sexo, referente ao ano de 2016.

Habilitações Literárias	N.º de Trabalhadores	
	2016	
	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	73	27
1.º Ciclo do ensino básico	7	2
2.º Ciclo do ensino básico	9	3
3.º Ciclo do ensino básico	22	1
Ensino secundário	12	10
Ensino superior politécnico	2	0
Ensino superior universitário	19	9
Outros	2	2

7.3. Ativos por Áreas Operacionais

O quadro infra apresenta a distribuição dos ativos por áreas operacionais, de acordo com o modelo organizacional vigente.

	N.º de Trabalhadores	
	2016	2015
Total de Trabalhadores	100	99
<i>Top - Management</i>	4	4
Apoio à Administração	2	2
Gabinete Jurídico	1	1
Gabinete da Estratégia	2	2

	N.º de Trabalhadores	
	2016	2015
Área de Desenvolvimento do Negócio	0	0
Direção de Coordenação Portuária	57	56
Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas	17	16
Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional	17	18

O quadro infra apresenta a desagregação, por género, do efetivo da empresa, distribuído pelas respetivas Áreas Operacionais.

	N.º de Trabalhadores	
	2016	
	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	73	27
<i>Top - Management</i>	4	0
Apoio à Administração	0	2
Gabinete Jurídico	0	1
Gabinete da Estratégia	1	1
Área de Desenvolvimento do Negócio	0	0
Direção de Coordenação Portuária	52	5
Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas	11	6
Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional	5	12

Como se depreende da análise do quadro supra, a área operacional que apresenta um maior número de colaboradoras é a Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional, composta por 12 mulheres e 5 homens.

7.4. Escalões Etários

No que concerne à distribuição do efetivo por escalões etários, constata-se um aumento progressivo do nível etário médio de 50,82 em 2015 para 51,4 em 2016.

	N.º de Trabalhadores			
	2016		2015	
Total	100	100,00%	99	100,00%
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	1	1,00%	1	1,01%
De 30 a 34 anos	2	2,00%	1	1,01%

	N.º de Trabalhadores			
	2016		2015	
De 35 a 39 anos	3	3,00%	4	4,04%
De 40 a 44 anos	7	7,00%	9	9,09%
De 45 a 49 anos	19	19,00%	19	19,19%
De 50 a 54 anos	31	31,00%	35	35,35%
De 55 a 59 anos	30	30,00%	24	24,24%
De 60 a 61 anos	4	4,00%	4	4,04%
De 62 a 64 anos	3	3,13%	2	2,02%
Mais de 65 anos	0	0,00%	0	0,00%

Em 2016, os escalões etários com as idades compreendidas entre os 50 a 59 anos é o que concentra maior número de efetivos, representando 61% dos colaboradores da APA, S.A..

O quadro infra apresenta os escalões etários dos colaboradores, desagregado por género.

	N.º de Trabalhadores			
	2016			
	Total	Homens	Mulheres	
		100,00%		100,00%
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	1	1,00%	0	0,00%
De 30 a 34 anos	0	0,00%	2	2,00%
De 35 a 39 anos	1	1,00%	2	2,00%
De 40 a 44 anos	3	3,00%	4	4,00%
De 45 a 49 anos	14	14,00%	5	5,00%
De 50 a 54 anos	25	25,00%	6	6,00%
De 55 a 59 anos	23	23,00%	7	7,00%
De 60 a 61 anos	4	4,00%	0	0,00%
De 62 a 64 anos	2	2,00%	1	1,00%
Mais de 65 anos	0	0,00%	0	0,00%

7.5. Antiguidade

No que respeita ao nível de antiguidade, é notória a elevada concentração de efetivos nos últimos escalões, ou seja, mais de 25 anos de antiguidade, representando 49% do total de colaboradores.

	N.º de Trabalhadores	
	2016	2015
Total	100	99
Até 1 ano	2	5
Mais de 1 ano até 2 anos	5	0
Mais de 2 anos até 5 anos	1	2
Mais de 5 anos até 10 anos	2	2
Mais de 10 anos até 15 anos	11	15
Mais de 15 anos até 20 anos	17	13
Mais de 20 anos até 25 anos	13	17
Mais de 25 anos até 30 anos	49	45
Mais de 30 anos	0	0

O quadro infra apresenta o nível de antiguidade dos colaboradores no ano de 2016, desagregado por género.

	N.º de Trabalhadores	
	2016	
	Homens	Mulheres
Total	73	27
Até 1 ano	1	1
Mais de 1 ano até 2 anos	5	0
Mais de 2 anos até 5 anos	1	0
Mais de 5 anos até 10 anos	1	1
Mais de 10 anos até 15 anos	7	4
Mais de 15 anos até 20 anos	12	5
Mais de 20 anos até 25 anos	9	4
Mais de 25 anos até 30 anos	37	12
Mais de 30 anos	0	0

O nível de antiguidade que agrega um maior número de colaboradoras é o “*mais de 25 anos até 30 anos*” .

7.6. Indicadores

7.6.1. Trabalho e Absentismo

Indicadores	2016	2015	2014
1. Efetivo (n.º de trabalhadores)	100	99	96
2. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	217.567	214.959	215.115
3. Trabalho Extraordinário (horas suplementares)	1.345	941	894
4. Absentismo (horas de ausência)	9.582	7.088	4.518
6. Horas Efetivamente Trabalhadas (2+3-4)	209.330	208.812	211.491
7. Horas Trabalhadas /Efetivo (6:1)	2.074	2.109	2.203
8. Taxa de Absentismo (4:2x100)	4,40%	3,30%	2,10%
9. Taxa de Trabalho Extraordinário (3:2x100)	0,62%	0,44%	0,42%

Da análise do quadro supra constata-se um acréscimo da taxa de absentismo comparativamente com o ano anterior, justificado, essencialmente, pelo aumento do número de horas de ausência motivadas por doença prolongadas.

O aumento do número de horas suplementares é justificado pela reposição dos feriados nacionais de 9 para 13 (Lei n.º 8/2016, de 01 de abril).

No quadro infra encontra-se apresentado o detalhe do n.º de horas de ausência, discriminado por tipo de falta.

Motivos de ausência	N.º de horas		
	2016	2015	2014
Total	9.582	7.088	4.518
Acidente de trabalho	824	1.977	976
Doença	8.543	4.843	3.305
Assistência inadiável	6	36	20
Maternidade / Paternidade	130	0	0
Suspensões Disciplinares		0	0
Outras Causas	79	232	217

De destacar o acréscimo do número total de horas de ausência em 2016 quando comparado com o ano anterior, justificado, essencialmente, pelo aumento das faltas por doença e acidente de trabalho.

No quadro infra encontram-se plasmados os motivos de ausência desagregados por género, referentes ao ano de 2016.

Motivos de ausência	N.º de horas	
	2016	
	Total	Mulheres
	6.840	2.742
Acidente de trabalho	456	368
Doença	6.234	2.309
Assistência inadiável	6	0
Maternidade / Paternidade	90	40
Suspensões Disciplinares	0	0
Outras Causas	54	25

7.6.2. Formação com o Pessoal

A evolução do total de horas de formação caracteriza-se da seguinte forma:

	2016	2015	2014
Número total de horas de ação de formação	666	1.246	1.243
Número de ações	48	39	48
Número de formandos	79	142	92

Da análise ao quadro supra constata-se, em 2016, um aumento do número de ações de formação mas de curta duração e a abranger um menor número de colaboradores.

7.6.3. Produtividade

Em 2016 registou-se uma diminuição da produtividade, medida em função da carga movimentada no porto e das horas trabalháveis.

	2016	2015	2014
Toneladas Movimentadas (1)	4.541.514	4.656.103	4.496.279
Horas trabalháveis (2)	217.567	214.959	215.115
Produtividade (1)/(2)	20,87	21,66	20,90

7.6.4. Gastos com o Pessoal

No que respeita aos Gastos com o Pessoal refira-se que a despesa média por hora trabalhável aumentou 0,94 euros justificado, essencialmente, pelo aumento dos gastos com o pessoal decorrente da aplicação, a partir de 1 julho de 2016, de atos que consubstanciaram valorizações remuneratórias de acordo com o despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016.

Indicadores	2016	2015	2014
1. Gastos com o Pessoal	4.925.146	4.664.555	4.688.858
2. Massa Salarial*	4.834.630	4.565.278	4.550.396
3. Efetivo	100	99	96
4. Horas Trabalháveis	217.567	214.959	215.115
Despesa Média por hora trabalhável (1:4)	22,64	21,70	21,80
Massa Salarial / Efetivo (2:3)	48.346	46.114	47.400

* Remunerações dos Órgãos Sociais (conta 631) - Ajudas de Custo dos Órgãos Sociais (conta 6314) + Remunerações do Pessoal (conta 632) - Ajudas de Custo do Pessoal (conta 63207) + Encargos sobre Remunerações (conta 635).

7.6.5. Outros Gastos com o Pessoal

Ação Social	2016	2015	2014
Seguro de Saúde	28.264	29.038	20.294
Medicina no Trabalho	7.246	7.246	7.246
Pensões	11.387	11.470	31.812

7.6.5.1. Medicina no Trabalho

Os serviços de Medicina no Trabalho realizaram, em 2016, 72 exames médicos para aferição do estado de saúde geral dos trabalhadores e da sua capacidade física para o desempenho das funções profissionais que lhe são atribuídas.

Ação Social	2016	2015	2014
Efetivo (1)	100	99	96
Exames Periódicos	57	81	41
Exames Ocasionais	15	5	0
Total de Exames (2)	72	86	41
Índice de Frequência de Exames (2)/(1)	72,00%	86,87%	42,71%

8. Análise Económico-Financeira

8.1. Resultados

8.1.1. Resultado Operacional

Em 2016, a APA, S.A. apresentou um Resultado Operacional positivo de 1,415 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 49,70%, relativamente ao ano anterior, conforme se observa no quadro seguinte.

	Valores em euros		
	2016	2015	Δ 2016/2015
Rendimentos Operacionais (1)	18.992.565	19.605.985	-613.420
Exploração Portuária	4.430.933	4.236.660	194.273
Subsídios à Exploração	4.965	7.181	-2.216
Outros Rendimentos e Ganhos	13.538.942	14.271.041	-732.099
Ganhos imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos	869.359	737.977	131.382
Provisões	0	353.127	-353.127
Reversões de Imparidade de dívidas a receber	148.366	0	148.366
Gastos Operacionais (2)	9.313.033	8.510.810	802.223
Fornecimentos e Serviços Externos	4.148.930	3.113.175	1.035.755
Gastos com o Pessoal	4.925.146	4.664.555	260.591
Provisões	0	0	0
Perdas de Imparidade de dívidas a receber	0	108.485	-108.485
Outros Gastos e Perdas	238.957	624.595	-385.638
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (3) = (1) - (2)	9.679.533	11.095.176	-1.415.643
Gastos de depreciação e de amortização (4)	8.286.226	8.325.483	-39.257
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (5)	21.711	43.422	-21.711
Resultado operacional (6) = (3) - (4) + (5)	1.415.018	2.813.116	-1.398.098

Nos rendimentos de **Exploração Portuária** incluem-se todos os rendimentos resultantes da prestação de serviços realizados diretamente pela APA, S.A., tais como Tarifas sobre Navios, Tarifas sobre Equipamentos e Serviços de Pilotagem. As principais rubricas que contribuiram para a variação dos rendimentos de exploração portuária, encontram-se detalhadas no quadro abaixo.

	Valores em euros		
	2016	2015	Δ 2016/2015
Exploração Portuária	4.430.933	4.236.660	194.273
TUP-Navio	1.781.783	1.650.734	131.049
Estacionamento	206.125	257.698	-51.573
Amarrar e desamarrar	366.666	347.702	18.964
Pilotagem	1.301.834	1.255.730	46.104
Armazenagem	504.512	284.252	220.260
Tarifa do Uso de Equipamento	268.257	425.142	-156.885
Serviços Secundários - Fornecimentos de pessoal	1.756	15.402	-13.645

O desvio positivo de 194 mil euros registado nos rendimentos de **exploração portuária** é justificado, essencialmente, pelo aumento dos rendimentos de armazenagem, TUP-Navio e Pilotagem.

O desvio positivo registado na tarifa de armazenagem é justificado pelo aumento do tempo de permanência das mercadorias em porto. Apesar da diminuição das toneladas movimentadas (-2,46%, face a 2015) as rubricas de TUP-Navio, Pilotagem e Amarração e Desamarração registaram desvios positivos, face ao ano de 2015, justificado pelo aumento (+11,23%) da arqueação bruta dos navios que escalaram o Porto de Aveiro, conforme apresentado no ponto 2.1. do presente documento.

A redução registada nos rendimentos obtidos com a tarifa de uso de equipamentos é justificada (i) pela diminuição do movimento portuário registado no Terminal Norte, menos 16,68% face a 2015; (ii) pela desativação, em dezembro de 2015, de um equipamento de movimentação vertical que se encontrava inoperacional; e (i) pela entrada em vigor, a 1 de setembro de 2014, das *“Normas para Utilização dos Terminais de Cargas Secas do Porto de Aveiro”* e das *“Normas para Utilização das Pontes-Cais do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aveiro”*, que aprovaram o atual modelo de operação portuária, cujo objetivo principal é promover a concorrência dentro do porto através da diminuição do tempo de carga e descarga dos navios, mediante a utilização de meios de movimentação vertical privados em detrimento dos meios públicos.

Nos **Outros Rendimentos e Ganhos**, registou-se uma diminuição de 732 mil euros, face a 2015. Para esta variação contribuíram, essencialmente, os rendimentos de ocupações (com um impacto desfavorável de 518 mil euros), justificado por cancelamentos de ocupações (com um impacto desfavorável de 704 mil euros), novas ocupações (com um impacto favorável de 317 mil euros), reduções de áreas ocupadas (com um impacto desfavorável de 72 mil euros) e evolução das

bonificações (com um impacto favorável de 27 mil euros) e os benefícios de penalidades contratuais (com um impacto desfavorável de 194 mil euros) justificado pela aplicação, em 2015, de uma penalidade contratual pelo incumprimento de mínimos de movimentação de carga a um detentor de um contrato de concessão de uso privativo.

	Valores em euros		
	2016	2015	Δ 2016/2015
Outros Rendimentos e Ganhos	13.538.942	14.271.041	-732.099
Rendimentos de Propriedade	3.906.421	4.424.438	-518.017
Inertes	472.914	500.038	-27.124
Concessões	6.320.970 *	6.227.978 *	92.992
Fornecimentos Secundários	571.114	573.807	-2.693
Recolha de Resíduos	58.993	46.516	12.477
Outros Rendimentos Suplementares	36.211	184.515	-148.304
Descontos de pronto pagamento obtidos	74	288	-214
Imputação de subsídios para investimentos	2.100.990	2.098.166	2.824
Benefícios de penalidades contratuais	5.760	199.997	-194.237
Outros Rendimentos e Ganhos	65.494	15.297	50.197

* Inclui 3.085.879€, resultante da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento dos ativos dos concessionários que, no final da concessão, revertssem gratuitamente para a Empresa.

Observando a variação dos **Gastos Operacionais**, no ano de 2016, verificou-se um aumento de 802 mil euros, face a 2015. A variação é justificada, essencialmente, pelos fornecimentos e serviços externos (com um desvio desfavorável de 1,036 milhões de euros), pelos gastos com o pessoal (com um desvio desfavorável de 261 mil euros) e pelos outros gastos e perdas (com um desvio favorável de 386 mil euros).

Para a variação dos **Fornecimentos e Serviços Externos** (com um desvio desfavorável de 1,036 milhões de euros) contribuiu de forma significativa e relevante a realização, em 2016, de dragagens de manutenção, no montante de 1,870 milhões euros (mais 747 mil euros, face a 2015); o gasto suportado em 2016, relativo à prestação de serviços especializados de consultadoria para a elaboração do plano estratégico do Porto de Aveiro 2017-2022 (192 mil euros); e a conservação e reparação de diversas infraestruturas e equipamentos portuários (mais 190 mil euros, face a 2015).

No que respeita aos **Gastos com o Pessoal**, verificou-se um aumento de 260 mil euros, face a 2015 justificados, essencialmente, pelos seguintes fatores:

- Contratação de uma piloto, em fevereiro de 2016, e de um motorista marítimo, em julho de 2016, conforme previsto no PAO 2016, com um impacto desfavorável de 52 mil euros; e
- Valorizações remuneratórias concedidas após 1 de julho de 2016, nos termos do despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, com um impacto negativo de 202 mil euros, face a 2015.

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** e os **Gastos com o Pessoal** continuam a deter um peso significativo na globalidade dos gastos operacionais de, respetivamente, 44,55% e 52,88%. Observadas conjuntamente estas duas rubricas absorveram 47,78% dos rendimentos globais da APA, S.A. no exercício de 2016 (39,67% em 2015).

Por fim, referimos que, decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial para valorização do investimento que a APA, S.A. detém na sua subsidiária, APFF, S.A., no exercício de 2016, foi reconhecido um rendimento no montante de 869 mil euros, correspondendo ao resultado líquido gerado por esta subsidiária nesse exercício (mais 131 mil euros, face a 2015).

8.1.2. Resultado Antes de Imposto

Em 2016, a APA, S.A., apresenta um **Resultado Antes de Imposto** de 1,439 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 1,626 milhões de euros, relativamente ao ano anterior.

	Valores em euros		
	2016	2015	Δ 2016/2015
Resultado Operacional (6)	1.415.018	2.813.116	-1.398.098
Juros e rendimentos similares obtidos (7)	56.637	312.176	-255.538
Juros e gastos similares suportados (8)	32.828	60.938	-28.110
Resultado antes de Impostos (9)	1.438.827	3.064.354	-1.625.526

De referir que a variação negativa registada na rubrica “*Juros e rendimentos similares obtidos*” é justificada pelo recebimento, em 2015, de juros de mora no montante de 251 mil euros, mais 224 mil euros do que o recebido em 2016.

8.1.3. Resultado Líquido do Período

A APA, S.A., apresentou, em 2016, um **Resultado Líquido do Período** de 1,249 milhões de euros.

8.2. Balanço

8.2.1. Ativo

O Ativo Líquido da APA, S.A., em 2016, ascendeu a 374,393 milhões de euros, conforme demonstrado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2016	2015
Ativo não Corrente	345.367.910	352.188.654
Ativos fixos tangíveis	291.481.137	297.289.657
Propriedades de investimento	4.106.082	4.106.082
Ativos intangíveis	34.211.209	36.419.303
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	15.506.741	14.351.112
Participações financeiras - outros	62.500	22.500
Outros Ativos Financeiros	241	0
Ativo Corrente	29.025.422	27.118.876
Clientes	3.963.240	3.956.674
Estado e Outros Entes Públicos	108.547	72.969
Outras contas a Receber	35.030	1.773.455
Diferimentos	164.278	153.413
Caixa e Depósitos bancários	24.754.327	21.162.364
Total do Ativo	374.393.331	379.307.530

De referir que a diminuição do Ativo é justificada, essencialmente, pelo registo das depreciações e amortizações do exercício (8,286 milhões de euros).

8.2.2. Capitais Próprios

Os Capitais Próprios, da APA, S.A., em 2016, ascenderam a 307,623 milhões de euros, conforme evidenciado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2016	2015
Capital Próprio		
Capital realizado	30.000.000	30.000.000
Reservas	195.637.544	194.737.156
Reservas legais	1.442.764	1.156.033
Reservas não distribuíveis	4.428.222	3.814.566
Outras reservas	189.766.558	189.766.558

	Valores em euros	
	2016	2015
Resultados transitados	-4.599.292	-5.828.245
Ajustamento em ativos financeiros	14.814.823	14.007.561
Outras variações do Capital Próprio	70.520.754	72.217.908
Resultado Líquido do Período	1.249.018	2.867.319
Total do Capital Próprio	307.622.848	308.001.699

As variações registadas nos Capitais Próprios da APA, S.A. são justificadas pelo reconhecimento, em 2016, do Resultado Líquido do Período de 2015; pela imputação dos rendimentos associados aos subsídios ao investimento; e pela diminuição, face a 2015, do Resultado Líquido do Período de 2016.

8.2.3. Passivo

O Passivo, da APA, S.A., em 2016, ascendeu a 66,770 milhões de euros, conforme evidenciado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2016	2015
Passivo não Corrente	59.682.926	64.480.275
Provisões	18.357	54.982
Financiamentos obtidos	14.404.764	15.726.819
Passivos por impostos diferidos	1.463.745	1.285.586
Diferimentos	24.477.286	27.563.165
Outras Contas a Pagar	19.318.776	19.849.723
Passivo Corrente	7.087.558	6.825.555
Fornecedores	787.218	501.946
Estado e Outros Entes Públicos	245.280	259.669
Financiamentos Obtidos	1.322.053	1.453.632
Outras Contas a Pagar	1.646.122	1.524.429
Diferimentos	3.086.885	3.085.879
Total do Passivo	66.770.484	71.305.831

As variações registadas no Passivo resultam, fundamentalmente, do reembolso, em 2016, dos financiamentos obtidos (1,453 milhões de euros); da diminuição dos diferimentos resultante do reconhecimento dos ativos dos concessionários que, no final da concessão, reverterem gratuitamente para a APA, S.A. (3,086 milhões de euros); e do aumento do saldo de fornecedores (787 mil euros).

8.3. Indicadores Económicos e Financeiros

No quadro seguinte são apresentados indicadores económico-financeiros para o ano de 2016 e 2015.

Indicadores		2016	2015
Económicos			
VAB / Encargos Pessoal (%)		300,69	350,81
Volume de Negócios (em euros)	Prest. Serviços (conta 72) + Prov. Suplementares (conta 781)	15.797.557	16.193.952
EBIT (em euros)	Res. Operacionais	1.415.018	2.813.116
EBITDA Ajustado (em euros)	Ver ponto 8.3.1.	3.474.938	4.928.512
Margem EBIT (%)	EBIT / Volume Negócios	8,96	17,37
Margem EBITDA (%)	EBITDA / Volume Negócios	22,00	30,43
Financeiros			
Liquidez (%)	Ativo Circulante/ Passivo Circulante	725,51	725,17
Rend. Vendas (%)	Res. Líquido/ (Prestação Serviços + Outros)	7,91	17,71
Rent. Cap. Próprios (%)	Res. Líquido/ Cap. Próprios	0,41	0,93
Rent. Cap. Totais (%)	Res. Líquido/ (Cap. Próprios + Passivo)	0,33	0,76
Autonomia Financeira (%)	Cap. Próprios/Ativo Total	82,17	81,20
Solvabilidade (%)	Cap. Próprios/Passivo Total	460,72	431,94
Cobertura do Imobilizado (%)	Cap. Permanentes/ Ativo Fixo	93,24	91,92

8.3.1. EBITDA Ajustado

Face às variações referidas anteriormente, o EBITDA ajustado atingiu, no final do exercício, o montante de 3,475 milhões de euros.

	Valores em euros		
	2016	2015	Δ 2016/2015
EBITDA Ajustado (1) = (2) - (3) - (4) - (5) - (6) - (7)	3.474.938	4.928.512	-1.453.574
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (2)	9.679.533	11.095.176	-1.415.643
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos (3)	869.359	737.977	131.382
Imputação de subsídios para investimentos (4)	2.100.990	2.098.166	2.824
Imparidade de dívidas a receber (5)	148.366	-108.485	256.851
Provisões (6)	0	353.127	-353.127
Concessões* (7)	3.085.879	3.085.879	0

*Rendimento resultante da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento dos ativos dos concessionários que, no final da concessão, revertem gratuitamente para a Empresa.

8.3.2. Valor Acrescentado Bruto

Face às variações referidas anteriormente, o Valor Acrescentado Bruto atingiu, no final do exercício, o montante de 148 mil euros por efetivo.

	Valores em euros		
	2016	2015	Δ 2016/2015
VAB / N.º de Efetivos	148.095	165.291	-17.196
N.º de Efetivos	100	99	1
VAB	14.809.508	16.363.827	-1.554.319
Impostos	167.924	554.018	-386.094
Gastos com o Pessoal	4.925.146	4.664.555	260.591
Encargos Financeiros	32.828	60.938	-28.110
Gastos de Depreciações e de Amortizações	8.286.226	8.325.483	-39.257
Imparidade de Dívidas a Receber	148.366	-108.485	256.851
Resultado Líquidos	1.249.018	2.867.319	-1.618.300

9. Perspetivas Futuras

Em linha com os objetivos inscritos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2017-2019, os principais fatores chave de que dependem, no curto, médio e longo prazo, os resultados desta Administração Portuária são:

- **Aumento do movimento portuário:** A receita proveniente da atividade de exploração portuária é um dos principais contributos para a sustentabilidade financeira da empresa. Neste sentido torna-se fundamental a consolidação do crescimento do movimento de mercadorias iniciado em 2013;
- **Redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios:** A manutenção da tendência de redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, verificada desde 2010, afigura-se fundamental para alcançar a sustentabilidade financeira do porto;
- **Modelo de operação portuária:** A implementação do novo modelo de operação portuária, a 1 de setembro de 2014, é também um fator chave rumo à sustentabilidade da empresa. O principal objetivo deste modelo é incrementar a concorrência entre as empresas de estiva licenciadas através da melhoria da produtividade e eficiência dos meios de movimentação de cargas utilizados.
- **Plano de Investimentos:** Até 2014 a atuação estratégica da APA, S.A. centrou-se na expansão da capacidade instalada do Porto de Aveiro para a movimentação portuária, bem como na melhoria das suas acessibilidades marítimas e terrestres. Atualmente, o porto possui uma oferta de infraestruturas portuárias de excelente qualidade e ligações marítimas e rodoferroviárias competitivas. Com vista a potenciar as infraestruturas físicas existentes, bem como aumentar a sua atratividade junto das cadeias logísticas de transporte, definiu-se para o horizonte 2019, a necessidade de orientar o esforço de investimento da APA, S.A. para projetos de melhoria das condições operacionais para a captação de atividades logísticas e industriais e de modernização dos sistemas de informação e comunicação do porto. A realização dos investimentos estruturais, previstos no PAO 2017-2019 e na Estratégia do Governo, apresentada no pretérito dia 19 de dezembro de 2016, para o Aumento da Competitividade Portuária - Horizonte 2016-2026, contribuirá para a afirmação do Porto de Aveiro enquanto um polo logístico e industrial competitivo, o qual para além de ser uma infraestrutura destinada à movimentação portuária de mercadorias, é reconhecido como sendo uma localização privilegiada para a realização de atividades que acrescentam valor à carga e/ou de atividades industriais que podem beneficiar de menores custos logísticos pelo facto possuírem acesso direto a ligações multimodais.

10. Proposta de Aplicação dos Resultados

Dando cumprimento ao disposto na alínea f) do artigo 10º dos Estatutos da APA, S.A. o Conselho de Administração da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido de 2016, apurado no montante de 1.249.018,34 euros seja distribuído da seguinte forma:

- 10%, 124.901,83 euros, para reservas legais, em cumprimento do estatuído na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, alterados em reunião de Assembleia Geral de 31 de março de 2008, e pelas Deliberações Sociais Unânicas por Escrito de 12 de janeiro de 2010 e de 9 de março de 2015;
- 613.656,82 euros para reservas não distribuíveis - Concessões;
- 869.359,09 euros para Ajustamentos em ativos financeiros - Lucros não atribuídos; e
- o remanescente, - 358.899,40 euros, para resultados transitados.

A parte destinada a reservas não distribuíveis - Concessões, resulta da implementação da política contabilística aprovada pelas Administrações Portuárias relativa ao reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A implementação desta política contabilística teve em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) datado de 3 de janeiro de 2012.

11. Cumprimento das Orientações Legais

Para efeito de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais, evidenciadas no presente ponto, é apresentado o quadro seguinte.

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto no relatório
	S	N	N/A		
Objetivos de gestão			X		Ver ponto 11.1.1.
Metas a atingir constantes no PAO 2016					
Princípios financeiros	X				Ver ponto 11.1.2.1.
Recursos Humanos	X			A APA, S.A. cumpriu com a generalidade dos objetivos propostos no PAO 2016.	Ver ponto 11.1.2.2.
Investimentos	X				Ver ponto 11.1.2.3.
Endividamento	X				Ver ponto 11.1.2.4.
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE ¹			X		Ver ponto 11.1.3.
Gestão do risco financeiro	X			A taxa média de financiamento em 2016 ascendeu a 0,22%.	Ver ponto 11.2.
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Em 2016 o endividamento diminuiu 8,46% ou 1.453.634€, face a 2015.	Ver ponto 11.3.
Evolução do PMP a fornecedores	X			O PMP em 2016 ascendeu a 36 dias (+6 dias, face a 2015).	Ver ponto 11.4.
Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears")	X			A APA, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias a 31.12.2016.	Ver ponto 11.4.
Recomendações do acionista na aprovação de contas	X				Ver ponto 11.5.
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão	X				Ver ponto 11.6.1.2.1.
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			Total da redução remuneratória em 2016: 43.275,42€.	Ver ponto 11.6.1.2.2.
CF - redução e reversões remuneratória vigentes em 2016	X			Total da redução remuneratória em 2016: 8.798,32€.	Ver ponto 11.6.1.3.1.1.
ROC - redução e reversões remuneratória vigentes em 2016	X			Total da redução remuneratória em 2016: 1.700,00€.	Ver ponto 11.6.1.3.2.1
Auditor Externo - redução e reversões remuneratória vigentes em 2016			X		Ver ponto 11.6.2.
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016			X		Ver ponto 11.6.3.1.
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014 prorrogada para 2016 pelo n.º 1			X		Ver ponto 11.6.3.2.

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto no relatório
	S	N	N/A		
do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março					
Estatuto do Gestor Público (EGP) - Artigo 32.º e 33.º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	X				Ver ponto 11.7.1.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ver ponto 11.7.2.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				Ver ponto 11.7.3.
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				Ver ponto 11.7.4.
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				Ver ponto 11.8.
Promoção da igualdade entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X				Ver ponto 11.9.
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção	X				Ver ponto 11.10.
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				Ver ponto 11.11.1.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver ponto 11.11.2.
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas (TC)	X			No ano de 2016, não foram submetidos contratos a fiscalização prévia do TC.	
Auditorias do Tribunal de Contas			X		
Parque Automóvel					
N.º de viaturas	X			Apesar do aumento da atividade portuária, a APA, S.A., utiliza 31 viaturas, desde 2008.	Ver ponto 11.13.
Gastos com viaturas		X		Em 2016 os gastos com viaturas aumentaram 12 mil euros, face a 2015.	Ver ponto 11.13.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas		X			Ver ponto 11.14.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei 82-B/2014 e artigo 28.º do DL n.º 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			A 31.12.2016, 28% do financiamento obtido pelo Grupo estava depositado na banca comercial.	Ver ponto 11.15.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	X				Ver ponto 11.15.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X		Ver ponto 11.15.

¹ SIGO/SOE - Sistema de Informação de Gestão Orçamental / Sistema de Informação da Elaboração Orçamento de Estado. S - Sim; N - Não; N/A - não aplicável.

11.1. Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

11.1.1. Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2016, explicando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Apesar de não terem sido celebrados Contratos de Gestão para o ano de 2016, o Conselho de Administração da APA, S.A. pautou a sua atuação pelas orientações recebidas pelo Acionista, das quais destacamos:

- Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento do Estado para 2016); e
- Ofício circular n.º 5536, da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), de 23 de setembro de 2015, sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão: faculta instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) 2016.

Neste contexto, quantificámos o nível de cumprimento dos objetivos de gestão tendo por base as metas definidas no PAO para o triénio 2016-2018. Ver também informação identificada no ponto 11.1.2. infra.

11.1.2. Evidenciar a execução do PAO para 2016, designadamente quanto aos princípios financeiros de referência, investimento, quadro de pessoal e nível de endividamento, justificando os desvios e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar

11.1.2.1. Princípios Financeiros

No ano de 2016, a APA, S.A. cumpriu, com a generalidade dos **Princípios Financeiros**, propugnados no PAO para 2016, conforme evidenciado no quadro infra. Ver também informação identificada nos pontos 11.13. e 11.14..

	Realizado 2016	PAO 2016	Desvio Real vs PAO
Princípios Financeiros			
EBITDA (€)	9.679.533	5.807.639	3.871.894
Peso dos Gastos / VN (4)/(5) (%)	56%	74%	-18%
Peso dos Gastos (com anualização das dragagens) / VN ¹ (%)	50%	58%	-8%
Gastos com comunicações (€)	61.379	64.117	-2.738
Gastos com deslocações (€)	7.037	8.559	-1.522
Gastos com ajudas de custo (€)	9.104	9.400	-296
Gastos com a frota automóvel (€)	111.708	106.912	4.796

¹ De acordo com a metodologia proposta pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Empresarial do Estado (UTAM), na análise do PAO 2016-2018, o apuramento do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, deverá considerar os gastos, anualizados, incorridos com a realização de dragagens de manutenção, de 2010 até 2016.

11.1.2.2. Recursos Humanos

Relativamente aos **Recursos Humanos**, a diminuição dos gastos com o pessoal é justificada, positivamente, pela não concretização da totalidade das contratações previstas no PAO 2016 (4); e pela baixa prolongada por doença de um piloto e, negativamente, pelos efeitos decorrentes das valorizações remuneratórias concedidas após 1 de julho de 2016, nos termos do despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças.

	Realizado 2016	PAO 2016	Desvio Real vs PAO
Recursos Humanos			
N.º de trabalhadores efetivos (n.º)	100	104	-4
Gastos com o Pessoal (€)	4.925.146	5.039.951	-114.805
Benefícios pós-emprego (€)	11.387	11.387	0

11.1.2.3. Plano de Investimentos

O **Plano de Investimentos** registou uma taxa de execução de 4%, face ao PAO para 2016. Acresce informar que os investimentos previstos no PAO 2016 e não realizados foram inscritos no PAO para 2017.

	Realizado 2016	PAO 2016	Desvio Real vs PAO
Plano de Investimentos			
Investimento (€)	284.526	7.126.955	-6.842.429
Fundos Comunitários (€)	0	1.023.400	-1.023.400
Fundos Próprios (€)	284.526	6.103.555	-5.819.029

11.1.2.4. Passivo Remunerado

A APA, S.A., tal como previsto no PAO 2016, reduziu o seu passivo remunerado em 8,46%. Ver informação identificada no ponto 11.2..

	Realizado 2016	PAO 2016	Desvio Real vs PAO
Nível de Endividamento			
Passivo Remunerado (€)	15.726.817	15.726.817	0

11.1.3. Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.

Não aplicável, de acordo com o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que aprova a Lei de Enquadramento Orçamental.

11.2. Gestão do risco financeiro. Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise de eficiência da política de financiamento, quando aplicável.

11.2.1. Banco Europeu de Investimento (BEI)

O empréstimo concedido pelo BEI, a 29 de outubro de 2004, com garantia do Estado português, contratualizado pelo montante de 30 milhões de euros, teve por objetivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infraestruturas do porto de Aveiro e a reconfiguração do acesso/barra.

Foram solicitados 2 desembolsos, um no valor de 20 milhões de euros (realizado em janeiro de 2005) e outro no valor de 5 milhões de euros (realizado em novembro de 2009). O 1.º desembolso destinou-se ao cofinanciamento dos investimentos estruturais executados pela APA, S.A. entre 2000 e 2007, destinados essencialmente à melhoria das condições operacionais do porto para a movimentação de cargas. O 2.º desembolso teve como objetivo o cofinanciamento do projeto de reconfiguração da barra do Porto de Aveiro.

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados à taxa Euribor acrescidos de um *spread* máximo de 0,13%. É amortizado em trinta e duas prestações semestrais consecutivas, tendo-se vencido a primeira em 15 de dezembro de 2008 e a última, vencer-se-á em 15 de junho de 2024. As primeiras 31 prestações são constantes em capital e correspondem, cada uma, a 1/42 do capital em dívida e a última prestação corresponde a 11/42 do capital dessa parcela desembolsada. Refira-se que a APA, S.A. poderá solicitar ao Banco que a última prestação seja paga em frações semestrais consecutivas e constantes de capital, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2024 e a última em 15 de junho de 2029.

A taxa de garantia pessoal concedida pelo Estado, sob a forma de fiança, para cumprimento das obrigações de capital e juros do empréstimo contraído pela APA, S.A. junto do BEI, ascende a 0,2% ao ano, sobre o capital em dívida.

	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos financeiros (€)	33.611	61.781	106.722	108.632	246.268
Taxa Média de financiamento (%) ¹	0,22 %	0,37 %	0,59 %	0,53 %	1,21 %

¹ Encargos Financeiros (inclui juros, *spread* e garantia concedida pelo Estado) /Valor em dívida

11.2.2. BPI e BCP

O empréstimo celebrado com o consórcio Banco BPI, S.A. e Banco Comercial Português, S.A., no montante de 2.500.000 euros, em janeiro de 2007, teve como finalidade proceder à amortização antecipada do empréstimo bancário APP/2000, cujo serviço de dívida era partilhado com as restantes Administrações Portuárias principais, em função dos respetivos volumes de negócio. Tratava-se de um fator de risco para a performance económica da APA, S.A. atendendo a que era expectável o aumento da sua responsabilidade no pagamento do serviço de dívida. O empréstimo vence juros à taxa nominal correspondente à taxa Euribor a seis meses, acrescido do *spread* de 0,125% ao ano. O reembolso do capital utilizado é efetuado em 19 prestações semestrais, constantes e sucessivas, de capital e juros, tendo-se vencido a primeira, 12 meses após a assinatura do contrato.

	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos financeiros (€)	467	2.302	4.392	8.180	26.199
Taxa Média de financiamento (%) ¹	0,35 %	0,58 %	0,67 %	0,89 %	2,21 %

¹ Encargos Financeiros (inclui juro, *spread* e encargos) /Valor em dívida

11.3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, com a Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio (Lei do Orçamento do Estado para 2016)

A 31 de dezembro de 2016, o passivo remunerado da APA, S.A., ascendia a 15.726.817 euros (-1.453.634 euros ou -8,46%, face a 2015), cumprindo, portanto, o limite de crescimento do endividamento remunerado corrigido pelo capital social realizado fixado para 2016, no n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, leia-se 3%.

Passivo Remunerado	2016	2015	2014	2013	Variação 16/15	
	Valores (€)				Valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	15.726.817	17.180.451	18.634.085	20.087.719	-1.453.634	-8,46%
Dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	0,00%
Aumentos do Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0	0,00%
Endividamento Ajustado	15.726.817	17.180.451	18.634.085	20.087.719	-1.453.634	-8,46%

11.4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores, calculado em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, ascendeu, em 2016, a 36 dias.

Refira-se ainda que *“a avaliação do grau de cumprimento do objetivo de prazo de pagamento é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano anterior”*. Assim, considerando o grau de cumprimento do objetivo plasmado no número 9 da secção I da RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, a APA, S.A. cumpre com o objetivo fixado para 2016, leia-se um PMP superior ou igual a 30 dias e inferior a 40 dias.

PMP	2016	2015	Var. 2016/2015
Prazo (dias)	36 ¹	30 ²	+ 6

¹ Este cálculo não inclui: (i) duas faturas referentes à empreitada de *“Dragagem de Manutenção dos Fundos do Porto de Aveiro”*, no montante de 212 mil euros e 232 mil euros, datadas, respetivamente de 9 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016, e pagas, conforme estipulado contratualmente, no prazo médio de 24 dias; e (ii) duas faturas referentes à empreitada de *“Dragagem de Manutenção do Porto de Pesca Costeira e Canal Principal de Navegação do Porto de Aveiro”*, no montante de 104 mil euros e 178 mil euros, datadas, respetivamente, de 7 de junho de 2016 e 2 de setembro de 2016, e pagas, conforme estipulado contratualmente, no prazo médio de 36 dias. De referir que, atenta a fórmula de cálculo utilizada (Despacho n.º 9871/2013, de 13 de abril), que considera a média do saldo dos fornecedores no final de cada trimestre, a inclusão destas faturas agravaria o PMP em 9 dias.

² Este cálculo não inclui uma fatura de 762 mil euros, emitida a 13 de março de 2015 e liquidada a 11 de abril de 2015, correspondendo à reemissão da fatura inicialmente emitida com data de 31 de dezembro de 2014, e creditada no início de 2015. A sua inclusão no primeiro trimestre de 2015 implicaria um agravamento do PMP de 14 dias.

A 31 de dezembro de 2016, a APA, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias.

Dívidas Vencidas	Valor 0-90 dias	Valores em euros			
		Valor das dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	787.218	0	0	0	0
Aquisições de Capital	90.729	0	0	0	0
Total	877.947	0	0	0	0

11.5. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação dos documentos de prestações de contas

O acionista da APA, S.A., aquando da aprovação das contas de 2015, efetuada em reunião da Assembleia Geral, datada de 26 de julho de 2016, recomendou ao Conselho de Administração *“que diligencie no sentido de ponderar o propósito do desenvolvimento de uma política de comunicação de irregularidades já no decorrer deste exercício”*.

A este propósito a APA, S.A. implementou uma política de comunicação de irregularidades que garante os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas, consagrada no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC).

11.6. Remunerações

11.6.1. Órgãos Sociais

11.6.1.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor final (4)=(1)-(2)+(3)
2015-2017	Presidente	Associação Industrial do Distrito de Aveiro, representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho	575,00	575,00	0,00	0,00	575,00
2015-2017	Secretário	Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	375,00	375,00	0,00	0,00	375,00
Total				950,00	0,00	0,00	950,00

11.6.1.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da APA, S.A. foi composto, em 2016, por quatro membros.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRLO		N.º de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade	Pagadora (O/D)	
2015-2017	Presidente	Eng. João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz (Eng. Braga da Cruz)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1
2015-2017	Vogal	Dr. Luís Manuel Barbosa Marques Leal (Dr. Luís Leal)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1
2015-2017	Vogal	Dr. João Begonha da Silva Borges (Dr. João Borges)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1
2015-2017	Vogal	Dr. Olinto Henrique Cruz Ravara (Dr. Olinto Ravara)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1

DUE - Deliberação Unânime por Escrito; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino; n.a. - não aplicável.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng. Braga da Cruz	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Luís Leal	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. João Borges	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Olinto Ravara	n.a.	n.a.	n.a.

n.a. - não aplicável.

11.6.1.2.1. Atribuição de prémios de gestão

Atento o disposto no artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que prorrogou os efeitos do artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, não foi atribuída, aos membros do Conselho de Administração da APA, S.A., qualquer componente variável da remuneração, no ano de 2016.

11.6.1.2.2. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes para 2016

A APA, S.A. deu cumprimento ao estatuído no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, tendo procedido à redução excecional de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida dos membros do Conselho de Administração.

Mais se informa que atento o estabelecido nos Despachos do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 07 de junho de 2013, e do Secretário de Estado da Administração Pública, de 05 de junho de 2013, em 2016, não foram efetuadas reduções remuneratórias.

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Eng. Braga da Cruz	S	B	4.864,34	1.945,74
Dr. Luís Leal	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. João Borges	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. Olinto Ravara	S	B	3.891,47	1.556,59

EGP - Estatuto do Gestor Público; S/N - Sim/Não.

Membro do CA	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratória (5)	Valor Bruto Final (6) = (3)-(4)+(5)
Eng. Braga da Cruz	91.206,38	0,00	91.206,38	15.078,48	0,00	76.127,90
Dr. Luís Leal	72.965,15	0,00	72.965,15	9.654,48	0,00	63.310,67
Dr. João Borges	69.696,25	0,00	69.696,25	8.887,98	0,00	60.808,27
Dr. Olinto Ravara	72.965,15	0,00	72.965,15	9.654,48	0,00	63.310,67
Total			306.832,93	43.275,42	0,00	263.557,51

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias);

(4) As reduções remuneratórias correspondem às previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguros		Outros	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor	Saúde	Vida	Identificar	Valor
Eng. Braga da Cruz	4,27	670,39	CGA	18.863,68	282,93	0,00	---	0,00
Dr. Luís Leal	4,27	439,81	SS	10.427,56	282,93	0,00	---	0,00
Dr. João Borges	4,27	542,29	SS	14.506,58	282,93	0,00	---	0,00
Dr. Olinto Ravara	4,27	717,36	SS	15.112,30	282,93	0,00	---	0,00
Total		2.369,85		58.910,12	1.131,72	0,00		0,00

SS - Segurança Social; CGA - Caixa Geral de Aposentações

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2016								
	Viatura		Contrato	Modalidade	Ano		Prestações Contratuais Remanescente	Valor Renda	
	Atribuída	Valor			Início	Fim		Mês	Ano
	[S/N]	[€]	[S/N]	[Identificar]					
Eng. Braga da Cruz	S	36.646,40 ¹	N	---	---	---	---	---	
Dr. Luís Leal	S	40.326,55 ²	N	---	---	---	---	---	
Dr. João Borges	S	40.326,55 ²	N	---	---	---	---	---	
Dr. Olinto Ravara	S	47.353,01 ³	N	---	---	---	---	---	

S/N - Sim/Não; N.A. - não aplicável.

¹ - Valor de aquisição em novembro de 2015;

² - Valor de aquisição em julho de 2005;

³ - Valor de aquisição em outubro de 2005.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com Viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng. Braga da Cruz	411,15	462,41	1.334,04	---	0,00	2.207,60
Dr. Luís Leal	73,30	0,00	1.868,40	---	0,00	1.941,70
Dr. João Borges	3.534,32	244,00	2.000,01	---	0,00	5.778,33
Dr. Olinto Ravara	0,00	0,00	813,10	---	0,00	813,10
					Total	10.740,73

11.6.1.2.3. Indeminizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas ou devidas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício de 2016.

11.6.1.3. Fiscalização

A fiscalização da Empresa compete, conforme estabelecido no artigo 15.º dos Estatutos da APA, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, alterados em reunião de Assembleia Geral de 31 de março de 2008, e pelas Deliberações Sociais Unânicas por Escrito de 12 de janeiro de 2010 e 9 de março de 2015, "a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão, todos eleitos em assembleia-geral por um período de três anos."

Para além das atribuições constantes da Lei, compete, em especial, aos órgãos de fiscalização as competências atribuídas no artigo 16.º dos Estatutos da APA, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, alterados em reunião de Assembleia Geral de 31 de março de 2008, e pelas Deliberações Sociais Unânicas por Escrito de 12 de janeiro de 2010 e 9 de março de 2015.

11.6.1.3.1 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da APA, S.A. foi composto, em 2016, por três membros efetivos e um membro suplente.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)	N.º de Manatos
			Forma	Data		
2015-2017	Presidente	Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	DUE	09-03-2015	1.362,01 €	1
	Vogal	Dr.ª Rita Maria Góis de Carvalho	DUE	09-03-2015	1.021,51 €	1
	Vogal	Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	DUE	09-03-2015	1.021,51 €	2 ¹
	Suplente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	DUE	09-03-2015	0,00 €	2 ¹

DUE - Deliberação Unânime por Escrito.

¹ Eleitos para o mandato de 2008-2011. Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da Empresa o anterior Conselho Fiscal exerceu funções até 9 de março de 2015.

11.6.1.3.1.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes para 2016

Nome	Remuneração Anual 2016			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	15.549,82	3.518,32	0,00	12.031,50
Dr.ª Rita Maria Góis de Carvalho	11.661,14	2.640,00	0,00	9.021,14
Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	11.661,14	2.640,00	0,00	9.021,14
Dr. Mário José Alvarinho Carrega	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	38.872,10	8.798,32	0,00	30.073,78

(2) As reduções remuneratórias correspondem às previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

11.6.1.3.2. Revisor Oficial de Contas

Em Assembleia Geral de 26 de julho de 2016, o Acionista procedeu à eleição da Deloitte & Associados, SROC, S.A. "para acompanhar o mandato correspondente ao triénio 2015-2017, de acordo com a proposta do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 446.º do Código das Sociedades Comerciais", em substituição da PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda..

Até 26 de julho de 2016

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas	
		Nome	N.º Inscrição OROC	N.º Registo CMVM	Forma	Data	Data do Contrato	no grupo ²	na entidade
*	ROC	PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. ¹ (PwC)	183	9077	*	*	*	9	12

* O acionista, na Assembleia Geral, realizada a 26 de maio de 2011, não procedeu à eleição de novos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que, em conformidade com os Estatutos da empresa, permaneceram no exercício das suas funções até à designação de quem o substituir.

¹ Representada por Dr. José Miguel Dantas Maio Marques ou, em substituição, por Dr. Hermínio António Paulos Afonso;

² O grupo foi criado em 2008.

Após 26 de julho de 2016

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas	
		Nome	N.º Inscrição OROC	N.º Registo CMVM	Forma	Data	Data do Contrato	no grupo ²	na entidade
2016-2017*	ROC	Deloitte & Associados, SROC, S.A. ¹ (Deloitte)	43	231	AG	26-07-2016	21-09-2016	1	1

* O acionista, em Assembleia Geral, realizada a 26 de julho de 2016, nomeou a Deloitte & Associados, SROC, S.A. "para acompanhar o mandato correspondente ao triénio 2015-2017".

¹ Representada por Dr. Miguel Nuno Machado Canavarró Fontes ou, em substituição, por Dr. Paulo Alexandre Rocha Silva Gaspar;

² - O grupo foi criado em 2008.

AG - Assembleia Geral.

11.6.1.3.2.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes para 2016

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos ao ano 2016, cumprem o estipulado no artigo 35.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Até 26 de julho de 2016

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais - 2016 (€)				
	Bruta (1)	Remuneratória		Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)	Identifica Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4)=(1)+(2)+(3)
		Redução (2)	Reversão (3)						
PwC	7.700	700	0	7.000	n.a.	0	0	0	0

Após 26 de julho de 2016

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais - 2016 (€)				
	Bruta (1)	Remuneratória		Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)	Identifica Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4)=(1)+(2)+(3)
		Redução (2)	Reversão (3)						
Deloitte	11.000	1.000	0	10.000	n.a.	0	0	0	0

11.6.2. Auditor Externo

A APA, S.A. não dispõe de Auditor Externo, dado ter sido entendimento que a complexidade da Empresa não justifica tal contratação.

11.6.3. Restantes trabalhadores

11.6.3.1. Reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016

Atento o estabelecido nos Despachos do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 07 de junho de 2013, e do Secretário de Estado da Administração Pública, de 05 de junho de 2013, em 2016, não foram efetuadas reduções remuneratórias.

11.6.3.2. Proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, prorrogada para 2016 pelo n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março

Na sequência do despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016, a APA, S.A. aplicou, a partir de 1 de julho de 2016, atos que consubstanciaram valorizações remuneratórias.

11.7. Aplicação do disposto no artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, no que se refere, designadamente:

11.7.1. À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa

A APA, S.A. não atribuiu cartões de crédito nem quaisquer outros instrumentos de pagamento aos seus gestores.

11.7.2. O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

A APA, S.A. não reembolsa quaisquer despesas de representação pessoal aos seus gestores.

11.7.3. O valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido *	Valor Anual	Observações
Eng. Braga da Cruz	80,00	489,85	1
Dr. Luís Leal	80,00	487,47	1
Dr. João Borges	80,00	293,75	1
Dr. Olinto Ravara	80,00	1.288,02	1
Total		2.559,09	

* De acordo com a Deliberação Social Unanime por Escrito "o abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00€, nos termos do disposto nos n.º 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público";

¹ - Foram emitidas faturas aos utilizadores sempre que ultrapassado o *plafond* mensal.

11.7.4. O valor de combustíveis e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens *	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Eng. Braga da Cruz	345,22	2.722,12	2.185,55	4.907,67	¹
Dr. Luís Leal	276,17	2.070,66	1.067,20	3.137,86	¹
Dr. João Borges	276,17	2.486,42	1.986,60	4.473,02	¹
Dr. Olinto Ravara	276,17	2.215,06	1.247,05	3.462,11	¹
Total				15.980,66	

* Fixado pelo n.º 3 do art. 33.º do Estatuto do Gestor Público, alterado e republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro. ("O valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação");

¹ - Foram emitidas faturas aos utilizadores sempre que ultrapassado o *plafond* mensal.

11.8. Da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A APA, S.A. não realiza despesas não documentadas.

11.9. Da elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

A APA, S.A., de acordo com o disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, elaborou o relatório sobre a diferença salarial entre homens e mulheres, disponível para consulta em www.portodeaveiro.pt, separador "obrigações de informação".

11.10. Da elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro

A APA, S.A., de acordo com o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, procede, anualmente, à realização de um relatório identificativo das ocorrências ou riscos de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 54/2008, de 04 de setembro, disponível em www.portodeaveiro.pt, separador "obrigações de informação".

11.11. Contratação Pública

11.11.1. Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2016

A APA, S.A. e a APFF, S.A., encontram-se vinculadas ao cumprimento das normas de contratação pública constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), relativamente à formação de contratos de empreitada e concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, salvo se o objeto dos mesmos se integrar no âmbito dos denominados sectores especiais, caso em que tal vinculação se verifica apenas para contratos cujo valor seja igual ou superior aos limiares comunitários aplicáveis (Diretiva 2004/17/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março e Regulamento (UE) n.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro).

Porém, mesmo nas contratações em que as empresas não se encontrem adstritas ao cumprimento do CCP, é prática de ambas as Administrações Portuárias optarem pela aplicação subsidiária do regime previsto no dito normativo, eventualmente adaptado às especificidades do caso concreto, salvaguardando-se, deste modo, o respeito pelos princípios conformadores da atividade administrativa, bem como a economia, eficácia e eficiência das contratações efetuadas, mesmo nas áreas de maior flexibilidade contratual.

Para a prossecução de tais desideratos encontram-se implementados na APA, S.A. e na APFF, S.A., procedimentos que asseveram o cumprimento das normas de contratação pública nos termos expostos.

Ressalta-se, desde logo, a existência de minutas das peças procedimentais e outros documentos pré-contratuais, as quais configuram instrumentos de contratação que vertem as principais exigências legais em matéria de contratação. Estas minutas servem de referencial aos diversos colaboradores da APA, S.A. e da APFF, S.A. aquando da formalização de cada procedimento de contratação específico, assegurando o cumprimento das ditas exigências.

De igual guisa, encontra-se implementado um sistema de controlo e verificação prévia de todos os processos de contratação pública submetidos ao Conselho de Administração, em concreto, aqueles que envolvem despesa superior a 5 mil euros, os quais são previamente analisados pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional, pelo Gabinete da Estratégia e pelo Gabinete Jurídico, garantindo-se, assim, o adequado enquadramento legal, financeiro, contabilístico e estratégico dos aludidos processos.

A este propósito, não será despidendo destacar o documento pré-contratual denominado “Proposta de Autorização”, no qual se evidencia o supra referido procedimento de controlo prévio, a justificação da necessidade de contratar, bem como os principais aspetos da contratação proposta e referentes tanto à fase de formação como de execução do contrato. Este instrumento documental permite ao Conselho de Administração de ambas as Administrações Portuárias, não só assegurar-se do cumprimento dos procedimentos de controlo interno instituídos na empresa, como deliberar de forma suficientemente fundamentada cada um dos processos de contratação que lhe são postos à consideração.

No que concerne aos processos aquisitivos de bens e serviços que envolvem despesa de valor igual ou inferior a 5 mil euros, e na esteira do propugnado nos artigos 128.º e 129.º do CCP, são os mesmos submetidos a um regime simplificado de contratação, o qual consiste na respetiva formalização no sistema informático de gestão integrada administrativa e financeira em uso na empresa, através do qual são submetidos a autorização do Administrador com competência na matéria.

Realça-se, porém, que mesmo relativamente a estas aquisições de reduzida expressão financeira, o procedimento interno de autorização de despesa, tal qual se encontra instituído, garante o funcionamento de um sistema de controlo prévio rigoroso, transparente e eficaz, porquanto, uma vez detetada a necessidade de aquisição, a correspondente despesa só é assumida pela APA, S.A. e pela APFF, S.A. depois de devidamente justificada e autorizada ou pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional (no caso de despesas inferiores a 500 euros) ou por um Administrador (no caso de despesas superiores a 5 mil euros). Ademais, sempre que exista desvio entre o montante faturado e o montante autorizado, a despesa só é assumida pelas mencionadas Administrações Portuárias depois de submetida a novo processo de autorização no âmbito do qual seja devidamente justificado o referido desvio.

Faz-se notar, ainda, que a APA, S.A. e a APFF, S.A., dão integral cumprimento às obrigações de publicitação e transparência previstas em diversas normas do CCP.

Sublinhe-se a este propósito, que todos os ajustes diretos são publicitados no portal dos contratos públicos, em cumprimento da obrigação ínsita no artigo 127.º do CCP.

De igual modo, são preenchidos no identificado portal, os relatórios de formação e de execução dos contratos públicos celebrados pelas aludidas Administrações Portuárias, bem como, no caso particular das empreitadas de obras públicas, os respetivos relatórios de contratação e de final de obra, tudo conforme propugnado nos artigos 465.º, 108.º e 402.º do normativo em referência.

11.11.2. Indicação da existência dos procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização

Ver informação identificada no ponto 11.11.1. supra.

11.11.3. Indicação dos atos, ou contratos, celebrados com valor superior a 5.000 mil euros, independentemente da espécie do ato, ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

No ano de 2016, a APA, S.A. não celebrou contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

11.12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Em 10 de agosto de 2010, a APA, S.A., na qualidade de entidade aderente voluntária, outorgou com a ex-ANCP, E.P.E., atualmente ESPAP, I.P., o contrato de adesão ao SNCP, passando todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços superiores a 5 mil euros, a ser precedidos de consulta ao Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP), de molde a aquilatar da existência de acordo quadro para a contratação em causa.

Assim, no ano de 2016, a APA, S.A. contratou o fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal do Acordo Quadro (AQ) da ESPAP, I.P., disponível para o efeito.

11.13. Medidas tomadas no âmbito da frota automóvel relativamente às orientações previstas nas alienas a) e b) do n.º 3 do artigo 96.º do DLEO 2016, complementadas com os Despachos n.º 1182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através de Ofício Circular n.º 4238, de 1 de julho) e Despacho n.º 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através de Ofício Circular n.º 7408, de 2 de dezembro)

No que concerne à frota automóvel da APA, S.A., ressalta-se que apesar do crescimento significativo da atividade portuária desta Administração Portuária (+31%, face a 2008) e da sua participada (+79%, face a 2008), ter originado frequentes roturas na disponibilidade de viaturas de serviço a frota automóvel da APA, S.A. é constituída, desde 2008, por 31 viaturas com uma idade média de 14 anos. O atual volume de atividade da APA, S.A. aconselha, mesmo, a um aumento dos equipamentos de transporte (viaturas para o serviço de exploração portuária), o que deverá ser reavaliado em 2017.

Assim, atenta a idade média da frota automóvel da APA, S.A. conjugada com as restrições legais à sua renovação, tem conduzido a tomadas de decisões economicamente desfavoráveis resultando num aumento de 12.313 euros, face a 2015, dos gastos com a frota automóvel.

11.14. Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 96.º do DLOE 2016, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos. Atente-se que, no caso das empresas com EBITDA positivo, a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios é aferida face ao exercício anterior

11.14.1. Plano de Redução de Custos

Esta Administração Portuária, com um EBITDA positivo, não reduziu em 2016 o peso dos encargos suportados com os gastos operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos + Gastos com o Pessoal) no volume de negócios (vide quadro seguinte), face a 2015, conforme previsto no PAO 2016. Tal incumprimento decorreu, essencialmente, da realização de dragagens de manutenção na entrada da barra, nos canais principais de navegação e na bacia de manobras do setor norte do Porto de Aveiro (com um impacto desfavorável de 747 mil euros); pela rescisão de um contrato de concessão relativo a uma parcela dominial no Terminal Norte e edificado com uso de Terminal Cimenteiro (com um impacto desfavorável de 504 mil euros); pelo gasto suportado em 2016, relativo à prestação de serviços especializados de consultadoria para a elaboração do plano estratégico do Porto de Aveiro 2017-2022 (com um impacto desfavorável de 192 mil euros); e pela conservação e reparação de diversas infraestruturas e equipamentos portuários (com um impacto desfavorável de 190 mil euros).

Realça-se ainda, que excluindo os impactos desfavoráveis identificados no parágrafo anterior, esta Administração Portuária reduz, em 0,48%, o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, face a 2015.

PRC	Valores em euros							
	2016	2015	2014	2010	2016/2015		2016/2010	
					Δ Abosl.	Var. %	Δ Abosl.	Var. %
(0) EBITDA	9.679.533	11.095.176	11.337.813	9.683.707	-1.415.643	-13%	-4.174	0%
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0%	0	0%
(2) FSE	4.148.930	3.113.175	4.484.276	3.575.318	1.035.755	33%	573.612	16%
(3) Gastos com o Pessoal	4.925.146	4.664.555	4.688.858	5.074.327	260.592	6%	-149.181	-3%
(4) Indeminizações pagas por rescisão	0	0	0	32.601	0	0%	-32.601	-100%
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias (*)	202.299	0	0	0	202.299	100%	202.299	100%
(6) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	8.871.777	7.777.729	9.173.134	8.617.044	1.094.048	14%	254.733	3%
(7) Volume de Negócios (VN) (¹)	15.797.557	16.193.952	15.304.043	15.197.358	-396.396	-2%	600.199	4%
(8) Peso dos Gastos / VN (6)/(7)	56,16%	48,03%	59,94%	56,70%	8%	17%	-1%	-1%
(9) Peso dos Gastos / VN (²)	50,21%	46,84%	49,89%	55,92%	3%	7%	-6%	-10%
Gastos com Comunicações (FSE)	61.379	64.603	67.462	96.147	-3.224	-5%	-34.768	-36%
Gastos com Deslocações/Alojamento (FSE)	7.037	9.080	16.312	45.284	-2.043	-22%	-38.247	-84%
Gastos com Ajudas de Custo (Gastos com Pessoal)	9.104	10.542	9.400	22.574	-1.438	-14%	-13.471	-60%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	106	105	102	n.a	1	1%	n.a	n.a
N.º de Órgãos Sociais (OS)	10	10	8	n.a	0	0%	n.a	n.a
N.º Cargos de Direção (CD)	19	19	19	n.a	0	0%	n.a	n.a
N.º de trabalhadores (sem OS e sem CD)	77	76	75	n.a	1	1%	n.a	n.a
N.º de trabalhadores / N.º Cargos de Direção	5,58	5,53	5,37	n.a	0	1%	n.a	n.a
N.º de viaturas	31	31	31	n.a	0	0%	n.a	n.a
Gastos com viaturas (³)	111.708	99.395	114.832	n.a	12.313	12%	n.a	n.a

(*) Na sequência do despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016, a APA, S.A. aplicou, a partir de 1 de julho de 2016, atos que consubstanciaram valorizações remuneratórias.

(**)De acordo com a metodologia proposta pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Empresarial do Estado (UTAM), a quando da aprovação do PAO 2016-2018, na qual, para efeito de apuramento do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, se anualizam os gastos incorridos com a realização de dragagens de manutenção, de 2010 até 2016; .

(***) Os gastos com as viaturas incluem depreciações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

11.13.2. Medidas no âmbito da redução dos gastos com comunicações

Durante o ano de 2016, a APA, S.A. reduziu, face a 2015, os gastos com comunicações, cumprindo, portanto, com o disposto na alínea a) do número 3 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.

Não obstante, importa referir que a subrubrica de comunicações inclui, maioritariamente, gastos decorrentes dos sistemas de segurança e navegabilidade do porto, tais como, Janela Única Portuária (JUP), Plano de Proteção do porto, Plano de Emergência Interno e Pilotagem que, por motivos legais e regulamentares, devem estar ativados 24h/7 dias por semana.

11.13.3. Medidas no âmbito da redução das ajudas de custo e deslocações

Em 2016, a APA, S.A. reduziu, face a 2015, os gastos com deslocações e ajudas de custo, cumprindo, portanto, com o disposto na alínea a) do número 3 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.

Não obstante, importa referir que a orgânica desta Administração Portuária, que assume a gestão partilhada da APFF, S.A., obriga a deslocações constantes dos seus colaboradores ao porto da Figueira da Foz. A eventual inexistência do modelo de gestão partilhada conduzirá a um aumento significativo de gastos operacionais da participada, sendo, portanto, vantajoso manter o atual modelo, ainda que exista a possibilidade de exceder os limites para gastos com deslocações entre ambas as empresas (Aveiro e Figueira da Foz).

11.13.4. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

A APA, S.A. realizou em 1 de setembro de 2009, uma reestruturação do seu modelo organizacional passando a incorporar, com efeitos a 1 de janeiro de 2009, também a APFF, S.A.. Neste sentido, foram reduzidas e/ou não ocupadas 6 chefias no total de ambas as empresas (diminuição de 29%), passando várias chefias da APA, S.A. a exercer iguais funções na APFF, S.A., em regime de acumulação.

De referir que, em 2016, o aumento (+1, face a 2015) do número de efetivos desta Administração Portuária se deveu à contratação de uma piloto e um motorista marítimo e à aposentação de um piloto.

11.15. Princípio de Unidade de Tesouraria, (artigo 28.º do Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado (RJSPE) e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março)

Em cumprimento com o disposto nos artigos 125.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, informamos que esta Administração Portuária

efetua a movimentação dos seus fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, E.P.E. (IGCP, E.P.E.).

Contudo tem-se defrontado com algumas dificuldades, decorrentes do facto de o IGCP, E.P.E. não disponibilizar a totalidade das soluções operacionais e de financiamento.

Assim, a 16 de fevereiro de 2016, solicitou, a APA, S.A. e a APFF, S.A. junto do IGCP, E.P.E. a emissão de parecer prévio, com vista à renovação anual de exceção do cumprimento da unidade de tesouraria do Estado (UTE), para que fossem mantidos parte dos seus excedentes de tesouraria (cerca 30%) na banca comercial - os quais configuram depósitos à ordem - com o objetivo de promover uma gestão financeira com garantia de financiamento. A 9 de março de 2016, Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, no Despacho n.º 213/16-SEATF, concordou com o parecer do IGCP, E.P.E., comunicado através do ofício n.º 2984/2016, de 24 de fevereiro de 2016, o qual determina que *“não nos parecem existirem motivos para que a APA e a APFF não recorram aos serviços bancários do IGCP, exceção dada ao serviço não prestado pelo IGCP [financiamento de curto e médio prazo] (...)”*.

Não obstante, e considerando indispensável manter a possibilidade de recurso à banca comercial para o estrito uso de operações de financiamento de curtíssimo prazo, ambas as Administrações Portuárias solicitaram à Chefe de Gabinete de SE SEATF esclarecimento quanto ao montante que se encontra excecionado no Despacho n.º 213/16-SEATF, de 8 de março. A 23 de setembro de 2016, SE SEATF, no Despacho n.º 969/16-SEATF, concordou com o parecer do IGCP, E.P.E., comunicado através do ofício n.º 13896, de 6 de setembro de 2016, no qual reiteram *“os pareceres emitidos em anos anteriores”*, a saber *“não nos parece existirem motivos para que a APA não recorra aos serviços bancários prestados pelo IGCP, exceção dada exclusivamente aos valores referentes às operações de financiamento”*.

Assim, a 31 de dezembro de 2016, 28% do financiamento obtido pelo Grupo (15.726.817 euros), estava depositado na banca comercial.

No quadro infra são identificadas as disponibilidades desta Administração Portuária, junto do IGCP, E.P.E. e da Banca Comercial.

	Valores em euros			
	1.º Trimestre 2016	2.º Trimestre 2016	3.º Trimestre 2016	4.º Trimestre 2016
IGCP, E.P.E.	17.836.254,20	19.318.739,73	19.592.461,36	20.370.057,67
Depósitos à Ordem	2.836.254,20	2.218.739,73	1.792.461,36	1.420.057,67
Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC)	15.000.000,00	17.100.000,00	17.800.000,00	18.950.000,00

	Valores em euros			
	1.º Trimestre 2016	2.º Trimestre 2016	3.º Trimestre 2016	4.º Trimestre 2016
Banca Comercial	4.159.387,00	4.261.002,18	4.154.734,14	4.196.736,45
Depósitos à Ordem	4.159.387,00	4.261.002,18	4.154.734,14	4.196.736,45
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	75.419,43	165.198,64	70.452,93	64.741,27
Caixa Económica Montepio Geral	13.260,22	13.260,22	13.260,22	13.260,22
Novo Banco, S.A.	1.851.132,81	1.851.628,60	1.852.795,33	1.853.990,04
Banco BIC Português, S.A.	100.184,05	100.184,05	100.184,05	100.184,05
Banco Santander Totta, S.A.	1.079.722,43	1.079.569,17	1.078.366,77	1.078.181,70
Banco Comercial Português, S.A.	20.791,90	21.586,21	9.907,64	55.792,77
Banco BPI, S.A.	17.644,30	28.058,78	28.053,58	28.048,38
Banco Popular Portugal, S.A.	370,36	370,36	370,36	1.002,82
Banco L.J. Carregosa, S.A.	1.000.861,50	1.001.146,15	1.001.343,26	1.001.535,20
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das disponibilidades*	21.995.641,20	23.579.741,91	23.747.195,50	24.566.794,12
Juros auferidos de aplicações financeiras junto da banca comercial	0,00	0,00	0,00	0,00

* Não inclui depósitos caução.

11.16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas para a sua adoção e o respetivo resultado

Desde 2014 que esta Administração Portuária não é auditada pelo Tribunal de Contas.

11.17. Quadro relativo à Informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2016 no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S		
Caracterização da Empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo de Governo /Membros dos Órgãos Sociais	S	21-03-2017	
- Identificação dos Órgãos Sociais	S		
- Estatuto Remuneratório Fixado	S		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho	S		

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
de Administração			
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	21-03-2017	
- Outras transações	S		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S		
- Económico	S		
- Social	S		
- Ambiental	S		
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		
- Código de Ética	S		

S-Sim; N-Não; NA-Não aplicável

12. Práticas de Boa Governação Societária

No quadro abaixo são identificadas as práticas de Boa Governação Societária, divulgadas no Relatório de Governo Societário 2016 da APA, S.A..

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Observações
		S	N		
I	Síntese	X		5	
II	Missão, Objetivos e Políticas				
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a entidade	X			
2.	Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X			
3.	Indicação dos fatores-críticos de que dependem os resultados da entidade	X			
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios sectoriais, designadamente as relativas à política sectorial a prosseguir, às orientações específicas a cada entidade, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela entidade	X		6-9	
III	Estrutura de Capital				
1.	Divulgação da estrutura de capital, incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa	X			
2.	Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		9-10	
3.	Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e que possam conduzir a eventuais restrições	n.e.			
IV	Participações Sociais e Obrigações detidas				
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o CSC nos seus artigos 447º e 448º	X			
2.	Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		10-11	
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X			
4.	Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade	n.e.			
V	Órgãos Sociais e Comissões				
A.	Assembleia Geral				
1.	Composição da mesa da Assembleia Geral, com identificação dos cargos dos membros da mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato, assim como a remuneração relativo ao ano de 2016	X			
2.	Identificação das deliberações acionistas que por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias	X		12	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Observações
		S	N		
B. Administração e Supervisão					
1.	Identificação do modelo de governo adotado	X			
2.	Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração	X			
3.	Caraterização da composição, do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro	X			
4.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração	X			
5.	Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração, com indicação das atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	X			
6.	Evidência da apresentação de declaração de cada um membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que detenham com os seus fornecedores, cliente, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	n. a.		12-24	
7.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração, com acionistas	X			
8.	Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade	X			
9.	Caraterização do funcionamento do Conselho de Administração	X			
C. Fiscalização					
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição do Fiscal Unico, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro	X			
2.	Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º Código das Sociedades Comerciais (CSC)	X		24-29	
3.	Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	X			
4.	Caraterização do funcionamento da fiscalização	X			

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Observações
		S	N		
D. Revisor Oficial de Contas (ROC)					
1.	Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo.	X			
2.	Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas á entidade	X		30-32	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do numero de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluído o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a renumeração relativa ao ano em referência	X			
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável	n.a.			
E. Auditor Externo					
1.	Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do numero de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo, bem assim com a renumeração relativa ao ano em referencia	n.a.			
2.	Explicação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	n.a.		32-33	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação	n.a.			
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços	n.a.			
VI. Organização Interna					
A. Estatutos e Comunicações					
1.	Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade	X			
2.	Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade	X		33-34	
3.	Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional	X			

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Observações
		S	N		
B. Controlo interno e gestão de riscos					
1.	Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade)	X			
2.	Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida	X			
3.	Em caso de existência de plano estratégico e de política de risco da entidade, transcrição da definição de níveis de riscos considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas	n.e.		34-40	
4.	Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade	X			
5.	Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X			
6.	Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade	X			
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X			
8.	Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira	X			
C. Regulamentos e Códigos					
1.	Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da entidade onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta	X			
2.	Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade	X		40-45	
3.	Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências	X			

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Observações
		S	N		
D. Deveres especiais de informação					
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira	X			
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo	X		46	
E. Sítio da Internet					
1.	Indicação do (s) endereço (s) utilizados na divulgação dos elementos sobre a entidade	X		47	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral					
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à renumeração dessa atividade	n.a.		47-48	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade	n.a.			
VII. Remunerações					
A. Competência para a Determinação					
1.	Indicação quanto à competência para a determinação de renumeração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da entidade	X			
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros dos órgãos ou comissões societárias e a entidade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	X		48-49	
3.	Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º RJSPE, isto é, de que se abstém de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	X			
B. Comissão de Fixação de Remunerações					
	Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio	n.e.		49	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Observações
		S	N		
C.	Estrutura das Remunerações				
1.	Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X			
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da entidade	X			
3.	Referencia, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente	n.a		49-52	
4.	Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento	n.a.			
5.	Caraterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio	n.a			
6.	Referencia aos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais	n.a			
D.	Divulgação das Remunerações				
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade, proveniente da entidade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação	X			
2.	Indicação dos montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	n.a			
3.	Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participações nos lucros foram concedidos	n.a		52-54	
4.	Referencia a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	n.a			
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade	X			
6.	Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da Assembleia Geral, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação	X			
VIII	Transações com partes Relacionadas e Outras				
1.	Apresentação de mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência	X		54-58	
2.	Informação sobre outras transações	X			
IX	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económicos, social e ambiental				
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X			
2.	Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	X		58-65	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X			
X	Avaliação do Governo Societário				

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Observações
		S	N		
1.	Verificação do cumprimento das Recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário, através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações	X		65-72	
2.	Outras informações	n.a.			

n.e. - não existe; n.a. - Não aplicável

Relatório de Gestão | 2016

Relatório de Gestão | 2016

13. Nota Final

Como nota final, o Conselho de Administração da APA, S.A., agradece a todos os colaboradores da empresa, à Comunidade Portuária e aos seus clientes, que permitiram que 2016 fosse um ano de consolidação do movimento portuário.

Forte da Barra, 17 de maio de 2017

O Conselho de Administração,

João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz
(João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz)

Luís Manuel Barbosa Marques Leal
(Luís Manuel Barbosa Marques Leal)

João Begoña da Silva Borges
(João Begoña da Silva Borges)

Olinto Henrique da Cruz Ravara
(Olinto Henrique da Cruz Ravara)

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais

31 de dezembro de 2016

Índice das Demonstrações financeiras

Balanco Individual	3
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio	5
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	10
4 FLUXOS DE CAIXA	23
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	24
6 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	27
7 ATIVOS INTANGÍVEIS	28
8 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	30
9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	30
10 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS	33
11 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	34
12 CLIENTES.....	34
13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	35
14 OUTRAS CONTAS A RECEBER	36
15 DIFERIMENTOS	37
16 CAPITAL.....	38
17 RESERVAS	39
18 AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	40
19 PROVISÕES	41
20 FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	42
21 OUTRAS CONTAS A PAGAR	43
22 FORNECEDORES.....	44
23 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	45
24 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO.....	45
25 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	46
26 GASTOS COM O PESSOAL	47
27 OUTROS GASTOS E PERDAS	48
28 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	49
29 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	50
30 IMPOSTO DO EXERCÍCIO	50
31 COMPROMISSOS	52
32 MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	53
33 PARTES RELACIONADAS	53
34 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	54
35 EVENTOS SUBSEQUENTES.....	58

Balanço Individual

	Nota	31 de dezembro	
		2016	2015
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	291.481.138	297.289.657
Propriedades de investimento	6	4.106.082	4.106.082
Ativos intangíveis	7	34.211.209	36.419.303
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	9	15.506.741	14.351.112
Participações financeiras - outros métodos	10	62.500	22.500
Outros Ativos Financeiros	8	241	-
		345.367.911	352.188.654
Corrente			
Clientes	12	3.963.240	4.271.233
Estado e outros entes públicos	13	108.547	72.969
Outras contas a receber	14	35.030	1.458.898
Diferimentos	15	164.278	153.413
Caixa e depósitos bancários	4	24.754.327	21.162.364
		29.025.422	27.118.876
Total do Ativo		374.393.332	379.307.530
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	16	30.000.000	30.000.000
Reserva legal	17	1.442.764	1.156.033
Outras reservas	17	194.194.780	193.581.124
Resultados transitados		(4.599.292)	(5.828.245)
Ajustamentos em Ativos financeiros	18	14.814.823	14.007.561
Outras variações no capital próprio	18	70.520.754	72.217.908
		306.373.830	305.134.380
Resultado líquido do exercício		1.249.018	2.867.318
Total do capital próprio		307.622.848	308.001.698
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	18.357	54.982
Financiamentos obtidos	20	14.404.764	15.726.819
Passivos por impostos diferidos	11	1.463.745	1.285.586
Diferimentos	15	24.477.286	27.563.165
Outras contas a pagar	21	19.318.776	19.849.723
		59.682.927	64.480.275
Corrente			
Fornecedores	22	787.218	501.946
Estado e outros entes públicos	13	245.280	259.669
Financiamento obtidos	20	1.322.053	1.453.632
Outras contas a pagar	21	1.646.122	1.524.431
Diferimentos	15	3.086.885	3.085.879
		7.087.557	6.825.557
Total do passivo		66.770.484	71.305.833
Total do capital próprio e do passivo		374.393.332	379.307.530

O Contabilista Certificado

David Leal

As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

João Pedro Braga da Luz
João Gomes

Américo Barba

*Flinto Davass*³

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

	2016	2015	Nota	Exercício	
				2016	2015
Vendas e serviços prestados			23	4.430.933	4.236.660
Subsídios à exploração			24	4.965	7.181
Ganhos/ perdas imputados de <i>subsidiárias</i> , associadas e empreendimentos conjuntos			9	869.359	737.977
Fornecimentos e serviços externos			25	(4.148.930)	(3.113.175)
Gastos com o pessoal			26	(4.925.146)	(4.664.555)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)			12 e 14	148.366	(108.485)
Provisões (aumentos / reduções)			19	-	353.127
Outros rendimentos e ganhos			28	13.538.942	14.271.041
Outros gastos e perdas			27	(238.957)	(624.595)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos				9.679.533	11.095.176
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização			5 e 7	(8.286.226)	(8.325.483)
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)			5	21.711	43.422
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)				1.415.018	2.813.115
Juros e rendimentos similares obtidos			29	56.637	312.176
Juros e gastos similares suportados			29	(32.828)	(60.938)
Resultados antes de impostos				1.438.827	3.064.353
Imposto sobre o rendimento do exercício			30	(189.809)	(197.035)
Resultado líquido do exercício				1.249.018	2.867.318
Resultado das atividades descontinuadas incluído no resultado líquido do exercício				-	-
Resultado por Ação:					
- básico				0,21	0,48
n.º ações				6.000.000	6.000.000

O Contabilista Certificado

David Sousa

As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

João Pedro Braga da Cruz
João Gonçalves

António Barata - 4

António Saraiva

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total
A 31 de dezembro de 2014	30.000.000	848.100	192.816.506	(7.649.296)	73.236.767	13.944.680	3.079.323	306.276.080
Movimentos no exercício								
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(1.314.658)	-	-	(1.314.658)
Ajustamentos em subsídios	-	-	-	-	295.799	-	-	295.799
Outras alterações reconhecidas nos capitais próprios	-	-	-	-	-	(122.840)	-	(122.840)
Aplicação do resultado líquido de 2014	-	307.932	764.618	1.821.052	-	185.721	(3.079.323)	-
	-	307.932	764.618	1.821.052	(1.018.859)	62.881	(3.079.323)	(1.141.700)
Resultado líquido do exercício							2.867.318	2.867.318
Resultado integral							1.725.618	1.725.618
A 31 de dezembro de 2015	30.000.000	1.156.033	193.581.124	(5.828.245)	72.217.908	14.007.561	2.867.318	308.001.698
Movimentos no exercício								
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(2.189.875)	-	-	(2.189.875)
Ajustamentos em subsídios	-	-	-	-	492.721	-	-	492.721
Outras alterações reconhecidas nos capitais próprios	-	-	-	-	-	69.286	-	69.286
Aplicação do resultado líquido de 2015	-	286.732	613.657	1.228.952	-	737.977	(2.867.318)	-
	-	286.732	613.657	1.228.952	(1.697.154)	807.263	(2.867.318)	(1.627.868)
Resultado líquido do exercício							1.249.018	1.249.018
Resultado integral							(378.849)	(378.849)
A 31 de dezembro de 2016	30.000.000	1.442.764	194.194.780	(4.599.292)	70.520.754	14.814.824	1.249.018	307.622.848

O Contabilista Certificado

David Krause

As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras existentes supra.

O Conselho de Administração

João Pedro Braga da Luz
João Gonçalves
César Amal (Barb) - 4
*Ólivero Ravares*⁵

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

	Nota	Exercício findo em 31 de dezembro	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		14.289.977	14.629.219
Pagamentos a fornecedores		(4.699.172)	(4.856.602)
Pagamentos ao pessoal		(4.932.778)	(4.686.296)
Caixa gerada pelas operações		4.658.026	5.086.321
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(48.001)	(49.628)
Outros recebimentos/ pagamentos		(516.854)	(376.531)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		4.093.171	4.660.162
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(296.503)	(1.416.057)
Ativos intangíveis		(8.582)	(46.840)
Investimentos financeiros		(40.000)	-
Outros ativos financeiros		(241)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		36.999	1.583
Subsídios ao investimento		1.267.209	403.226
Juros e rendimentos similares		27.678	67.659
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		986.560	(990.430)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	20	(1.453.632)	(1.453.634)
Juros e gastos e similares		(34.136)	(64.007)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(1.487.768)	(1.517.641)
Variação de caixa e seus equivalentes		3.591.963	2.152.091
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	21.162.364	19.010.273
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	24.754.327	21.162.364

O Contabilista Certificado

David Henriques

As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

João Pedro Braga da Cruz
João Gonçalves

Celso Augusto Barros - cl

Alinto Ravara

Anexo às Demonstrações financeiras individuais

1 Introdução

A APA - Administração do Porto de Aveiro S.A. (doravante designada de “Empresa” ou por “APA, S.A.”), foi constituída pelo Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de novembro, sendo uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data, a Empresa passou a reger-se pelo referido Diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da Empresa. A atuação da Empresa, no uso dos poderes de autoridade referidos naquele diploma, rege-se por normas de direito público.

A Empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 7.292 milhares de euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 30.000 milhares de euros.

A Empresa sucedeu automática e globalmente à Junta Autónoma do Porto de Aveiro, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação.

Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afeto à Empresa, os terrenos do domínio público marítimo situados dentro da área de jurisdição da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e ainda os bens afetos à atividade de pesca, serviços de primeira venda e atividades conexas.

Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afetos à atividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, embora não para dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

A Empresa assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do Porto de Aveiro nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda a atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da Empresa:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- b) licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;

- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização; e
- g) assunção da responsabilidade em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição, definindo as condições de segurança e de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial.

Na sua área de jurisdição, só a Empresa pode conceder licenças para execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade e cobrar taxas inerentes às mesmas.

As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da Empresa, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respetiva Direção Regional do Ambiente.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de maio de 2017. É opinião do Conselho de Administração que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da APA, S.A., bem como a sua posição e performance financeira, as alterações nos capitais próprios e fluxos de caixa.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Base de Preparação

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2016.

Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomado por base o princípio do custo histórico, exceto quanto aos ativos integrados à data de constituição da Empresa, os quais se encontram registados com base numa avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras são apresentadas na Nota 3.21.

2.2 Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Conversão Cambial

Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo, são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2 Participações Financeiras em Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

Investimentos em subsidiárias são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial. Segundo este método, as Demonstrações Financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo começa até à data em que efetivamente termina. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre a Empresa e as suas subsidiárias são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas participadas são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da Empresa nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*, o qual, deduzido de perdas acumuladas de

imparidade, está considerado no valor inscrito como investimento da Empresa em subsidiárias e Associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária ou associada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária excede o investimento na subsidiária, a Empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se a Empresa tiver incorrido em obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da subsidiária.

As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 9.

3.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens de domínio público), integrados à data de constituição da Empresa, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 1998, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os encargos correntes com a manutenção e reparação são registados como custo no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são incluídos no custo do ativo.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao valor da avaliação e/ou custo de aquisição, líquido das respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis objeto de avaliação patrimonial são calculadas pelo método de quotas constantes, tendo em consideração o período de vida útil esperada atribuída na referida avaliação independente.

Para os bens adquiridos após a constituição da Empresa, a depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento, de acordo com taxas dentro dos intervalos definidos na Portaria nº. 671/2000, de 17 de abril (infraestruturas portuárias) ou no Decreto

Regulamentar nº 25/09, de 14 de setembro (restantes bens), as quais se considera refletirem a vida útil esperada dos bens.

Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 40 e 100 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 15 anos
Equipamento de transporte	Entre 3 e 4 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, e as suas atribuições referidas na Nota Introdutória, o valor recuperável é determinado como o valor de uso dos ativos, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado dos ativos afetos às atividades desenvolvidas pela Empresa.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados.

3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao custo depreciado na data da transição para as NCRF, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

De acordo com a NCRF 11 - Propriedades de investimento, e no particular do critério de valorização de acordo com o modelo do custo depreciado, é requerida a divulgação do justo valor das propriedades de investimento nas Demonstrações Financeiras.

O justo valor, em 2013, foi determinado com base em avaliações efetuadas por um avaliador externo, tendo em conta as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontrasse arrendado ou não. Nos anos seguintes, o justo valor foi atualizado por um colaborador interno, com competências para o efeito.

3.5 Ativos Intangíveis

O custo de aquisição de *software* e correspondentes licenças é capitalizado, compreendendo todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do *software* disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (3 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção do *software* são reconhecidos como gastos quando incorridos.

Os ativos dos concessionários de uso privativo que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a APA, S.A., são registados de acordo com a política acordada entre as Administrações Portuárias, detalhada na Nota 3.6.

3.6 Ativos Adquiridos ou Construídos por Concessionários de Serviços Públicos e de Uso Privativo, que Revertam para a Administração Portuária no Final dos Respetivos Contratos

Em 16 de março de 2012 as Administrações Portuárias, em Portugal, acordaram a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração o parecer da CNC (Comissão de Normalização Contabilística) datado de 3 de janeiro de 2012, a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das Demonstrações Financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

A política contabilística adotada é a descrita nos parágrafos abaixo.

(i) Reconhecimento

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, é incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias, as quais são incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível é reconhecido na conta 445 - Concessões - Bens a reverter (esta conta é subdividida em 4451 - Concessões - Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 - Concessões - Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo é amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos são reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, são transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, há lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 - Concessões - Bens a reverter. O ativo tangível é depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões é transferido para a conta 595 - Outras variações no capital próprio - Concessões.

(ii) Mensuração

A mensuração inicial é realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário é obtido com base em informação contabilística fornecida pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão são incorporados nos períodos da sua realização.

Procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

Eventuais prorrogações da vida do contrato de concessão se implicarem prorrogação do prazo de reversão gratuita do ativo, serão tratadas como alterações de estimativas contabilísticas nos termos da normalização contabilística em vigor.

Sempre que um contrato de concessão incluir condição que implique o pagamento pela administração portuária de montante relativo à reversão de bens, essa condição dará lugar ao reconhecimento de passivo pela parte relativa à obrigação. Mantêm-se os restantes registos contabilísticos de reconhecimento do ativo, sendo a rubrica de rendimentos a reconhecer creditada pela diferença entre o montante dos ativos e dos passivos (obrigação contratual) reconhecidos.

Sempre que se verifique a venda de equipamento ao concessionário considera-se para efeitos de registo a data em que a Administração Portuária adquiriu ou construiu o bem. Esta data é a considerada para início de contagem da vida económica esperada. A vida económica esperada poderá ser aumentada pelas grandes reparações ou melhorias entretanto realizadas.

(iii) Divulgação em anexo

Dever-se-ão proceder às divulgações aplicáveis (ver parágrafos 117 a 119 da NCRF 6), com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;
- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;
- As vidas úteis e respetiva amortização/depreciação; e
- As quantias brutas, amortizações/depreciações acumuladas.

(iv) Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público

que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

Não se reconheceram os ativos cuja vida útil económica estimada é inferior ao período do contrato de concessão, bem como quando a existência de risco tecnológico põe em causa, de forma relevante, a atribuição de valor no final do contrato de concessão.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 - Edifícios e outras construções por contrapartida de 78 - Outros Rendimentos e Ganhos.

3.7 Imparidade de Ativos

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto do valor pelo qual se encontram escriturados não ser totalmente recuperável.

Tendo em consideração a natureza das atividades desenvolvidas pela Empresa, com a natureza de serviço público, o valor recuperável dos ativos sujeitos a teste de imparidade corresponde ao seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). Uma perda por imparidade é reconhecida nas Demonstrações Financeiras pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.8 Clientes e Outras Contas a Receber

As rubricas de Clientes e Outras Contas a Receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamento de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.9 Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 6 meses, desde que possam ser desmobilizados num período inferior a 3 dias e sem penalização, assim como os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados, na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11 Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12 Imposto Sobre o Rendimento

A partir do exercício de 2009, inclusive, a Empresa passou a estar sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS) previsto no artigo n.º 69.º e seguintes do Código do IRC, sendo o grupo de tributação constituído pela Empresa e pela sua subsidiária APFF, S.A.. As empresas que se englobam no perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados, na sua totalidade, como um rendimento da Empresa.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas Demonstrações Financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14 Subsídios e Apoios do Governo

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes apenas quando existir segurança que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.15 Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.16 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.17 Matérias Ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

3.18 Benefícios dos Empregados

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo, após a dedução da quantia já paga, ou de um ativo, na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Obrigações com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal:

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Adicionalmente os colaboradores têm anualmente direito a um mês de subsídio de Natal, direito esse adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de novembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

3.19 Ativos e Passivos Contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas Demonstrações Financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período em que a alteração ocorra.

3.20 Acontecimentos Após a Data de Balanço

As Demonstrações Financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 17 de maio de 2017, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das Demonstrações Financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 35.

3.21 Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações Financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

(i) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(ii) Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

(iii) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

(iv) Impostos Sobre os Lucros

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

4 Fluxos de Caixa

4.1 Caixa e seus Equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2016	2015
Numerário		
- Caixa	2.500	2.970
	2.500	2.970
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	5.616.794	6.473.556
- Depósitos a prazo	18.950.000	14.500.000
- Outros depósitos	185.032	185.838
	24.751.827	21.159.393
Caixa e equivalentes de caixa	24.754.327	21.162.364
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-

Em 31 de Dezembro de 2016, a totalidade dos excedentes de tesouraria da Empresa, estavam aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC).

Os mesmos são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa como um equivalente de caixa pelo facto de poderem ser desmobilizados a qualquer momento, sem penalização de juros.

Tipo	Montante	Vencimento
IGCP - CEDIC - Certificados Especiais Curto Prazo	3.200.000	10-abr-17
IGCP - CEDIC - Certificados Especiais Curto Prazo	5.600.000	2-mai-17
IGCP - CEDIC - Certificados Especiais Curto Prazo	1.650.000	3-jul-17
IGCP - CEDIC - Certificados Especiais Curto Prazo	8.500.000	10-jul-17
	18.950.000	

Os outros recebimentos / pagamentos incluídos nos fluxos de caixa das atividades operacionais referem-se, fundamentalmente, a reembolsos de Imposto sobre o Valor Acrescentado, recebimento de subsídios à exploração e outros recebimentos e pagamentos não enquadráveis na atividade operacional.

Em 31 de dezembro de 2016, as linhas de crédito autorizadas mas não utilizadas ascendem a 2.750.000 euros (2015: 4.250.000 euros)

5 Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2015								
Custo de aquisição	71.943.244	298.605.129	7.728.885	639.998	906.639	1.565.316	639.478	382.028.689
Depreciações acumuladas	-	(68.914.859)	(7.608.863)	(630.893)	(854.461)	(1.502.653)	-	(79.511.729)
Imparidade Acumulada	-	(673.118)	-	-	-	-	-	(673.118)
Valor líquido	71.943.244	229.017.152	120.022	9.105	52.178	62.663	639.478	301.843.842
Movimentos no exercício:								
Adições	-	1.216.257	111.077	36.646	15.845	60.616	8.888	1.449.329
Transferências e abates	-	(59.659)	-	(9.427)	(28.820)	(3.029)	(22.936)	(123.871)
Depreciação - exercício	-	(5.916.740)	(35.154)	(7.294)	(23.253)	(40.004)	-	(6.022.444)
Depreciação- transf. e abates	-	58.903	-	9.427	28.019	3.029	-	99.379
Reforço/Reversão imparidade - exercício	-	43.422	-	-	-	-	-	43.422
Valor líquido	-	(4.657.816)	75.923	29.353	(8.209)	20.612	(14.048)	(4.554.185)
31 de dezembro de 2015								
Custo de aquisição	71.943.244	299.761.727	7.839.962	667.217	893.664	1.622.904	625.430	383.354.147
Depreciações acumuladas	-	(74.772.696)	(7.644.017)	(628.759)	(849.695)	(1.539.628)	-	(85.434.795)
Imparidade Acumulada	-	(629.695)	-	-	-	-	-	(629.695)
Valor líquido	71.943.244	224.359.336	195.945	38.457	43.969	83.275	625.430	297.289.657

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2016								
Custo de aquisição	71.943.244	299.761.727	7.839.962	667.217	893.664	1.622.904	625.430	383.354.147
Depreciações acumuladas	-	(74.772.696)	(7.644.017)	(628.759)	(849.695)	(1.539.628)	-	(85.434.795)
Imparidade Acumulada	-	(629.695)	-	-	-	-	-	(629.695)
Valor líquido	71.943.244	224.359.336	195.945	38.457	43.969	83.275	625.430	297.289.657
Movimentos no exercício:								
Adições	-	43.174	-	-	21.683	19.078	66.833	150.767
Transferências e abates	-	34.373	(1.017.548)	-	(3.676)	(219.868)	(34.373)	(1.241.092)
Depreciação - exercício	-	(5.891.566)	(23.397)	(12.514)	(23.784)	(29.737)	-	(5.980.998)
Depreciação- transf. e abates	-	-	1.017.548	-	3.676	219.868	-	1.241.092
Reforço/Reversão imparidade - exercício	-	21.711	-	-	-	-	-	21.711
Valor líquido	-	(5.792.307)	(23.398)	(12.514)	(2.102)	(10.659)	32.460	(5.808.520)
31 de dezembro de 2016								
Custo de aquisição	71.943.244	299.839.274	6.822.414	667.217	911.670	1.422.113	657.890	382.263.822
Depreciações acumuladas	-	(80.664.261)	(6.649.867)	(641.274)	(869.803)	(1.349.497)	-	(90.174.701)
Imparidade Acumulada	-	(607.984)	-	-	-	-	-	(607.984)
Valor líquido	71.943.244	218.567.029	172.547	25.943	41.868	72.616	657.890	291.481.138

Conforme referido na Nota 7, durante os exercícios de 2016 e 2015 não terminou qualquer concessão de uso privativo.

Durante o exercício de 2013, a Empresa reconheceu uma imparidade, no valor de 673.118 euros, relativa aos edificadros de uma concessão de uso privativo, que reverteram para a Empresa no exercício de 2009. Dado o estado de degradação de tais edificadros, foi reconhecida uma perda por imparidade sobre os mesmos. Neste exercício a Empresa reverteu esta imparidade em 21.711 euros.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se aos seguintes projetos:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ZALI - Zona de atividades logísticas e industriais	500.391	500.000
Plataforma logística de contentores	31.644	31.644
Ampliação esteira do Terminal de Graneis Líquidos	25.498	25.498
Projeto Pilotos Portugal	44.044	-
Melhoria das infraestruturas do Porto de Aveiro	17.990	17.990
Outros	38.323	50.298
	<u>657.890</u>	<u>625.430</u>

O gasto com depreciação de ativos fixos tangíveis no exercício de 2016 ascendeu a 5.980.998 euros (2015: 6.022.444 euros), e está reconhecido na rubrica "Depreciações do exercício" da Demonstração dos Resultados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram capitalizados gastos financeiros.

6 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios com o objetivo de valorização, tendo apresentado a seguinte evolução:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A 1 de janeiro		
Valor bruto	4.106.082	4.106.082
Depreciações acumuladas	-	-
	<u>4.106.082</u>	<u>4.106.082</u>
Movimentos no exercício:		
Aumentos / (Reduções)	-	-
	-	-
A 31 de dezembro		
Valor bruto	4.106.082	4.106.082
Depreciações acumuladas	-	-
Valor líquido	<u>4.106.082</u>	<u>4.106.082</u>

As propriedades de investimentos referem-se, fundamentalmente a terrenos, localizados nos concelhos de Aveiro e de Ílhavo. Pelo facto de não se encontrarem reunidas as condições estabelecidas nos parágrafos 8 e 9 da NCRF 8 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, assim como os requisitos do Apêndice A da referida norma, estes imóveis foram apresentados no balanço como propriedades de investimento.

A APA, S.A. aplica o modelo de custo para mensurar as propriedades de investimento e a sua divulgação está conforme previsto na alínea e) do parágrafo 79 da Norma Contabilística de Relato Financeiro - Propriedades de Investimento.

No exercício de 2013, a APA, S.A. procedeu à avaliação individual dos bens registados como propriedades de investimento. Da avaliação resultou o valor global de 7.440.400 euros (valor contabilístico: 4.107.155 euros), tendo-se igualmente verificado que o valor de avaliação individual de cada bem é superior ao valor contabilístico dos mesmos.

Tendo por base uma avaliação efetuada internamente por um funcionário com competências para o efeito, o justo valor destes imóveis em 31 de dezembro de 2016 não sofreu alteração significativa (8.130.369 euros) face ao valor de avaliação apurado com referência a 31 de dezembro de 2013.

7 Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

	<i>Software</i>	Concessões	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2015				
Custo de aquisição	774.331	53.978.570	8.063	54.760.964
Amortizações acumuladas	(761.903)	(15.321.745)	-	(16.083.648)
	12.428	38.656.825	8.063	38.677.315
Movimentos no exercício				
Adições	7.889	-	37.138	45.026
Amortizações - exercício	(8.975)	(2.294.064)	-	(2.303.038)
	(1.086)	(2.294.064)	37.138	(2.258.012)
31 de dezembro de 2015				
Custo de aquisição	782.220	53.978.570	45.200	54.805.990
Amortizações acumuladas	(770.878)	(17.615.809)	-	(18.386.687)
	11.342	36.362.761	45.200	36.419.303
Movimentos no exercício				
Adições	6.697	-	90.436	97.134
Amortizações - exercício	(11.164)	(2.294.064)	-	(2.305.228)
	(4.467)	(2.294.064)	90.436	(2.208.094)
31 de dezembro de 2016				
Custo de aquisição	788.917	53.978.570	135.636	54.903.123
Amortizações acumuladas	(782.042)	(19.909.873)	-	(20.691.915)
	6.875	34.068.697	135.636	34.211.209

A amortização de ativos intangíveis, no exercício de 2016, ascenderam a 2.305.228 euros (2015: 2.303.038 euros) está incluída na rubrica Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização.

Os ativos intangíveis em curso incluem:

	2016	2015
Projeto Pilotos Portugal	44.044	43.700
Upgrade FUP	60.093	-
Implementação Solução SIG Web Based Gestão Integrada	30.000	-
Outros	1.500	1.500
	135.636	45.200

O detalhe das concessões de uso privativo incluídas nas Demonstrações Financeiras da Empresa, na sequência da adoção da política contabilística referida na Nota 3.6 é como segue:

	Concessão 1	Concessão 2	Concessão 3	Concessão 4	Total
A 1 de janeiro de 2015					
Custo de aquisição	2.766.694	17.403.374	33.012.975	795.527	53.978.570
Amortizações acumuladas	(885.620)	(2.828.048)	(11.481.345)	(126.731)	(15.321.745)
	1.881.074	14.575.326	21.531.630	668.796	38.656.825
Movimentos no exercício:					
Amortizações - exercício	(172.330)	(435.084)	(1.650.649)	(36.000)	(2.294.064)
	(172.330)	(435.084)	(1.650.649)	(36.000)	(2.294.064)
31 de dezembro de 2015					
Custo de aquisição	2.766.694	17.403.374	33.012.975	795.527	53.978.570
Amortizações acumuladas	(1.057.951)	(3.263.133)	(13.131.994)	(162.732)	(17.615.809)
	1.708.743	14.140.241	19.880.981	632.796	36.362.761
Movimentos no exercício:					
Amortização - exercício	(172.330)	(435.084)	(1.650.649)	(36.000)	(2.294.064)
	(172.330)	(435.084)	(1.650.649)	(36.000)	(2.294.064)
31 de dezembro de 2016					
Custo de aquisição	2.766.694	17.403.374	33.012.975	795.527	53.978.570
Amortizações acumuladas	(1.230.281)	(3.698.217)	(14.782.643)	(198.732)	(19.909.873)
	1.536.413	13.705.157	18.230.332	596.795	34.068.697

Nota: Os nomes das concessionárias estão protegidos por informação reservada às partes contratantes.

Apresenta-se de seguida quadro com concessões de uso privativo, com ativos que revertem gratuitamente para a APA, S.A. no final do período contratual:

Concessão	Data de início do contrato	Prazo	Bens reversíveis da Concessão	Situação
Navalria - Docas Construções e Reparações Navais, S.A.	01-03-2008	10 anos	Edificados e outras construções	Ativo
Prio Biocombustíveis, S.A.	22-12-2006	20 anos	Tanques	Ativo
SGPAMAG - Sociedade de Graneis do Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Graneis, S.A.	31-12-2010	20 anos	Edificados e outras construções	Ativo
Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.	11-08-2006	20 anos	Silos de armazenagem	Ativo

No que se refere à Concessão de serviço público atribuída em 26 de janeiro de 2001, por um prazo de 25 anos, à Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias, S.A., para a exploração da operação portuária no Terminal Sul, em regime de serviço público, não foi reconhecido qualquer ativo, pelo facto de se perspetivar que no final do período contratual, os atuais bens em uso por este concessionário não terão qualquer valor económico para a APA, S.A.. Adicionalmente, referimos que (i) excluem-se da reversão gratuita os investimentos em equipamentos nos últimos 10 anos, pelos quais a concessionária tem direito a ser indemnizada pelo seu valor contabilístico e (ii) a atual infraestrutura em uso pelo concessionário faz parte integrante do ativo da APA, S.A..

8 Outros ativos financeiros

Nesta rubrica estão registados os valores transferidos para os Fundos de Compensação do Trabalho.

Estes fundos foram criados pela Lei nº. 70/2013, de 30 de agosto.

9 Participações Financeiras - Método Equivalência Patrimonial

9.1 Participações Financeiras em Empresas Subsidiárias

As participações Financeiras em empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2016 e 2015, sua sede social, percentagem de capital e sua atividade são como segue:

Empresa	Sede Social	Percentagem de capital detido		Valor contabilístico	
		2016	2015	2016	2015
Administração do Porto da Figueira da Foz, SA	Figueira da Foz	100%	100%	15.506.741	14.351.112
				15.506.741	14.351.112

A Administração do Porto da Figueira da Foz, S. A. ("APFF, S.A."), é uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, criada através do Decreto - Lei nº. 210/2008, de 3 de novembro, tendo o mesmo entrado em vigor 30 dias após a data da sua publicação. A Empresa foi constituída com um capital social de 50.000 euros, integralmente subscrito e realizado pela APA, S.A.. Durante o exercício de 2012, o capital social da Empresa foi aumentado de 50.000 euros para 10.000.000 euros, mediante a conversão de reservas resultantes da contrapartida da integração no ativo da Empresa, dos bens destacados na esfera do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos. I.P., ao abrigo do estabelecido no Artigo 8º do Decreto - Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro.

A APFF, S.A. tem por objeto a administração do Porto da Figueira da Foz, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

9.2 Informação Financeira da Participação na Empresa Subsidiária

Os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis da APFF são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto do valor pelo qual os mesmos se encontram escriturados não ser totalmente recuperável. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, com natureza de serviço público, o valor recuperável resultante dos testes de imparidade, corresponde ao valor de uso dos ativos.

Por se tratar de uma imparidade do negócio, a alocação da mesma é efetuada numa base pro-rata, pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

Pelo facto dos estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, consequentemente, da imparidade a reconhecer sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis em uso pela APFF ter levado em consideração (i) os investimentos em curso e a realizar a médio prazo e (ii) que a realização de tais investimentos só será possível caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis, a perda por imparidade encontra-se, também, a ser imputada aos ativos fixos tangíveis que no final de cada relato financeiro se encontram em curso.

Assim, o estudo para a determinação do valor de uso dos ativos da APFF foi elaborado tendo em consideração: i) o método dos fluxos de caixa descontados, baseado no PAO de 2017-2019, projetado para o período 2017-2026; ii) a taxa de desconto de valor do valor atual líquido de 7,7%, que reflete os riscos específicos do negócio; iii) e o *cash flow* perpétuo, sem crescimento.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a informação financeira relativa à participação na empresa subsidiária é como segue:

	2016	2015
Ativos		
Não correntes	9.864.075	9.638.711
Correntes	6.862.523	5.579.632
	16.726.598	15.218.343
Passivos		
Não correntes	393.397	373.282
Correntes	826.460	493.950
	1.219.857	867.231
Capital Próprio	15.506.741	14.351.112
	15.506.741	14.351.112
Atividade no ano		
Rendimentos	8.505.748	8.928.539
Gastos	7.636.389	8.190.562
Resultado Líquido	869.359	737.977
% participação detida	100%	100%
	869.359	737.977

9.3 Movimentos na Participação Financeira Contabilizada pelo Método da Equivalência Patrimonial

Durante os exercícios de 2016 e de 2015, os movimentos ocorridos na participação financeira valorizada pelo método da equivalência patrimonial é como segue:

	2016	2015
Início do exercício	14.351.112	13.628.266
Reforço de capital - Prestações acessórias de capital	216.984	107.709
Ganhos / (Perdas) - Método da equivalência patrimonial (ver Nota 9)	869.359	737.977
Outros movimentos no capital (ver Nota 18.1)	69.286	(122.841)
Final do exercício	15.506.741	14.351.112

Os outros movimentos no capital referem-se às seguintes situações registadas pela subsidiária:

	2016	2015
Movimentos efetuados diretamente nos capitais próprios da APFF:		
- Subsídios ao investimento (i)	89.402	(158.504)
- Ajustamentos em subsídios ao investimento (i)	(20.115)	35.663
	69.286	(122.841)

(i) Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados. Durante o exercício de 2016, esta subsidiária registou um aumento nos capitais próprios, no montante de 69.286 euros (2015: diminuição de 122.841 euros), relativa a subsídios ao investimento não reembolsáveis, líquido do efeito do correspondente efeito fiscal futuro que lhes está associado, e perdas por imparidade sobre os bens que estes subsídios pretendem subsidiar.

10 Participações Financeiras - Outros Métodos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os ativos reconhecidos nesta rubrica são como segue:

	% detida	2016	2015
PCI - Parque da Ciência e Inovação, S.A.	1%	62.500	22.500
		62.500	22.500

A PCI tem por objeto a instalação, o desenvolvimento, a promoção e a gestão de um Parque de Ciência e Tecnologia, bem como a prestação dos serviços de apoio necessários à sua atividade, que contribuam para a produção e investigação científica, tecnológica e educativa, como promotor estratégico e operacional da inovação e do empreendedorismo.

Esta participação encontra-se valorizada ao custo por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor. Adquirida em 2010 pelo montante de 22.500, euros esta aquisição foi ratificada por parte da tutela financeira, a qual foi materializada pela representante do acionista Estado, em sede de reunião da Assembleia Geral da APA, S.A., realizada a 02 de junho de 2014.

Em 11 de agosto de 2014 o Conselho de Administração da APA, S.A. aprovou realizar a parte remanescente (52.500 euros) do capital social do PCI, S.A.. Não obstante, na Assembleia Geral do PCI, S.A., realizada a 12 de agosto de 2014, foi transmitido à APA, S.A. que aguardasse por interpelação para efetuar o pagamento. Tal solicitação foi efetuada, em 18 de novembro de 2016, solicitando o pagamento de 40.000 euros, parte proporcional correspondente à realização de 4.000.000 euros.

Esta realização de capital deriva de uma decisão do Conselho de Administração do PCI, S.A., de 2 de novembro de 2016 ratificada na Assembleia Geral realizada em 24 de novembro de 2016.

11 Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os movimentos ocorridos na rubrica Passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Concessões	
	2016	2015
A 1 de janeiro	1.285.586	1.107.428
Movimentos no exercício:		
Constituição	178.158	178.158
	178.158	178.158
A 31 de dezembro	1.463.745	1.285.586

No que se refere aos ativos das concessões, procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

12 Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a decomposição da rubrica Clientes, é como se segue:

	2016	2015
Clientes - conta corrente	3.963.240	4.271.233
Clientes de cobrança duvidosa	6.072.232	5.906.038
	10.035.472	10.177.271
Imparidade	(6.072.231)	(5.906.038)
Total clientes	3.963.240	4.271.233

Cientes - conta corrente: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes das prestações de serviços relacionadas com as atividades desenvolvidas pela Empresa, as quais se encontram detalhadas na Introdução a este anexo.

Imparidade em clientes

	2016	2015
A 1 de Janeiro	5.906.038	6.112.112
Aumento por resultados	286.792	1.269.700
Redução por resultados	(120.599)	(1.475.774)
	166.193	(206.074)
A 31 de Dezembro	6.072.231	5.906.038

O cliente Aveiport - Sociedade Operadora Portuária de Aveiro, Lda., cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 ascende a 548.924 euros, intentou uma ação contra a APA, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, na qual é peticionada a apreciação da legalidade das normas do tarifário da Empresa, que aplicam a taxa a suportar pela Aveiport pela utilização de grua privada para movimentação das suas cargas nos terminais do setor norte do Porto de Aveiro.

Consideramos, baseados na opinião do nosso Advogado, que a decisão do Tribunal nos será favorável, pelo facto da aplicação da referida taxa resultar do tarifário que foi acordado entre as partes. Nas circunstâncias, sobre o saldo vencido há mais de 360 dias, no montante de 381.290 euros, não foi reconhecida qualquer imparidade.

13 Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

	2016		2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	91.399	-	72.969	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	104.912	-	94.599
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	17.148	-	-	36.679
Contribuições para a segurança social	-	120.996	-	110.966
Outros impostos	-	19.372	-	17.425
	108.547	245.280	72.969	259.669

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não existiam dívidas em mora ao Estado.

Para os períodos apresentados o saldo do IRC tem a seguinte decomposição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pagamentos por conta	96.130	74.931
Retenções na fonte	6.920	16.915
Estimativa de IRC (ver Nota 30)	<u>(11.651)</u>	<u>(18.877)</u>
Total	<u>91.399</u>	<u>72.969</u>

14 Outras Contas a Receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica Outras contas a receber, é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Devedores diversos		
- FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	-	975.541
- FEDER - Linhas Férreas	-	380.282
- Logística CENCYL	-	17.028
- FEDER - Projeto ANNA	7.181	7.181
- Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	-	44.084
- Infraestruturas de Portugal, S.A.	16.445	16.445
- Outros	8.253	6.416
	<u>31.879</u>	<u>1.446.978</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
- Juros a receber	3.152	943
- Rendimentos de concessões - Penalidades contratuais (Nota 28)	-	325.535
	<u>3.152</u>	<u>326.479</u>
Imparidade	<u>-</u>	<u>(314.559)</u>
	<u>35.030</u>	<u>1.458.898</u>

Encontrava-se registado, em 2015, 1.380.033 euros na rubrica de devedores diversos relativo a subsídios atribuídos mas ainda não recebidos (IFDR e FEDER). A contrapartida do registo destes

montantes foi efetuada na rubrica do capital próprio “Outras variações do capital próprio - Subsídios ao investimento”. O montante mencionado foi recebido no exercício de 2016.

Os devedores por acréscimos de rendimentos referem-se a juros a receber relativos aos depósitos a prazo que a Empresa tem em instituições Financeiras, os quais vencem juros a taxas correntes de mercado.

Imparidade em outras contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A 1 de Janeiro	314.559	-
Aumento por resultados	-	314.559
Redução por resultados	(314.559)	-
A 31 de Dezembro	<u>-</u>	<u>314.559</u>

A generalidade dos contratos de concessão de uso privativo obriga o concessionário a cargas mínimas anuais, podendo a Empresa, a título de penalidade contratual, cobrar uma taxa adicional por tonelada não movimentada abaixo do mínimo definido contratualmente. Assim, no exercício de 2015, estimou-se a aplicação de uma penalidade contratual, no montante de 314.559 euros, a aplicar a um dos concessionários. Apesar deste montante ser devido, e resultar de uma obrigação contratual, perspetivou-se que o mesmo irá ser reclamado pelo concessionário. Neste sentido, e por prudência contabilística, foi reconhecida uma imparidade total sobre tal montante. Em 2016 foi faturada e recebida a penalidade contratual.

15 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Empresa tem registado na rubrica Diferimentos os seguintes saldos:

Gastos a reconhecer

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Seguros	49.711	32.644
Materiais de economato, limpeza e combustíveis	104.592	120.770
Outros	9.974	-
	<u>164.278</u>	<u>153.413</u>

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos e a consumíveis e artigos de economato, os quais são inicialmente diferidos, sendo reconhecidos como gasto à medida que vão sendo consumidos.

Rendimentos a reconhecer

Corrente

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Subsídios exploração	1.006	-
Concessões	<u>3.085.879</u>	<u>3.085.879</u>
	<u>3.086.885</u>	<u>3.085.879</u>

Não corrente

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Concessões	<u>24.477.286</u>	<u>27.563.165</u>
	<u>24.477.286</u>	<u>27.563.165</u>

Os rendimentos a reconhecer “Concessões” resultam da aplicação da política contabilística definida na nota 3.6, no que se refere a ativos de concessões que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a Empresa. A contrapartida do registo dos ativos é efetuada na rubrica de Rendimentos a reconhecer, sendo o correspondente rendimento reconhecido na demonstração dos resultados, linearmente, durante o período da concessão.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015 foram como segue:

	<u>Concessão 1</u>	<u>Concessão 2</u>	<u>Concessão 3</u>	<u>Concessão 4</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2015	1.024.162	11.147.783	20.911.988	650.990	33.734.923
Imputação a rendimentos	<u>(340.128)</u>	<u>(962.399)</u>	<u>(1.742.666)</u>	<u>- 40.686,88</u>	<u>(3.085.879)</u>
31 de dezembro de 2015	<u>684.034</u>	<u>10.185.385</u>	<u>19.169.322</u>	<u>610.303</u>	<u>30.649.044</u>
Imputação a rendimentos	<u>(340.128)</u>	<u>(962.399)</u>	<u>(1.742.666)</u>	<u>(40.686,88)</u>	<u>(3.085.879)</u>
31 de dezembro de 2016	<u>343.906</u>	<u>9.222.986</u>	<u>17.426.656</u>	<u>569.616</u>	<u>27.563.165</u>

16 Capital

Conforme previsto no artigo 9º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de novembro, o capital social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em 7.292 milhares de euros.

Subsequentemente, o capital passou para 30.000.000 euros, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efetuada em 1999, conforme Despacho nº 96/2001 da Inspeção Geral das Finanças.

O capital social atual, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 6.000.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada. As ações são nominativas e revestem a forma escritural.

17 Reservas

Reserva legal

De acordo com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Outras reservas

As outras reservas incluem:

(i) um montante de 189.766.558 euros relativo à avaliação patrimonial referida nas Notas 2.1 e 3.3.

Esta reserva não é distribuível, podendo ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorver resultados transitados negativos.

(ii) um montante de 4.428.222 euros relativo a reservas não distribuíveis, pelo reconhecimento de ativos por reversão gratuita de bens no final do contrato de concessão de serviço público ou uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária, de acordo com a política contabilística referida na Nota 3.6.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015 nas Outras reservas analisam-se como segue:

	2014	Movimentos no exercício	2015	Movimentos no exercício	2016
Reservas - Avaliação patrimonial	189.766.558	-	189.766.558	-	189.766.558
Reservas - Efeito das concessões	3.049.948	764.618	3.814.566	613.657	4.428.222
	<u>192.816.506</u>	<u>764.618</u>	<u>193.581.124</u>	<u>613.657</u>	<u>194.194.780</u>

18 Ajustamentos em Ativos Financeiros e Outras Variações no Capital Próprio

18.1 Ajustamentos em ativos financeiros

Os ajustamentos em ativos financeiros analisam-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ajustamentos em ativos financeiros no início do exercício:	14.007.561	13.944.680
Movimentos efetuados diretamente nos capitais próprios da APFF (ver Nota 9.3)		
- Resultados transitados	737.977	185.721
- Subsídios ao investimento	89.402	(158.504)
- Ajustamentos em subsídios ao investimento	(20.115)	35.663
Ajustamentos em ativos financeiros no final do exercício:	<u>14.814.823</u>	<u>14.007.561</u>

18.2 Outras Variações nos Capitais Próprios

As Outras variações no capital próprio referem-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	<u>Subsídios ao investimento</u>	<u>Concessões - reversões</u>	<u>Ajustamentos em subsídios</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2015	91.555.630	2.281.154	(20.600.017)	73.236.767
Adições	783.508	-	-	783.508
Regularização por capital	-	-	295.799	295.799
Regularização por resultados (ver Nota 28)	(2.098.166)	-	-	(2.098.166)
31 de dezembro de 2015	<u>90.240.972</u>	<u>2.281.154</u>	<u>(20.304.218)</u>	<u>72.217.908</u>
Adições	(88.885)	-	-	(88.885)
Regularização por capital	-	-	492.721	492.721
Regularização por resultados (ver Nota 28)	(2.100.990)	-	-	(2.100.990)
31 de dezembro de 2016	<u>88.051.097</u>	<u>2.281.154</u>	<u>(19.811.497)</u>	<u>70.520.754</u>

Conforme referido na Nota 3.14, os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações no capital próprio" sendo subsequentemente imputados aos rendimentos do período na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" de acordo com os gastos de depreciação e amortização dos ativos a que estão associados. Tendo em consideração que a base contabilística e a base fiscal dos subsídios relacionados com ativos são coincidentes, a CNC clarificou que o reconhecimento dos subsídios relacionados com investimentos em

ativos no Capital próprio deveria ser líquido do efeito fiscal futuro, mas que esse ajustamento não deveria corresponder ao reconhecimento de um passivo por imposto diferido. Assim, a CNC propôs que no reconhecimento inicial dos subsídios seja utilizada uma conta de “Ajustamento a subsídios” no capital próprio (movimento a débito) por contrapartida de uma conta de “Outras contas a pagar” no passivo (movimento a crédito), por conta do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro. Nos períodos subsequentes, os “Ajustamentos a subsídios” são regularizados à medida que os subsídios vão sendo reconhecidos em resultados do período, por contrapartida de Outras contas a pagar.

Os movimentos ocorridos no exercício relativos a subsídios atribuídos e/ou a atribuir à Empresa analisam-se como segue:

Componente	2014	Movimentos em 2015		2015	Movimentos em 2016		2016
		Recebido e/ou a receber	Reconhecido como rendimento		Recebido e/ou a receber	Reconhecido como rendimento	
Cap.º 50.º	25.933.528	783.508	(621.890)	26.095.146	-	(625.208)	25.469.939
FEDER	49.731.874	-	(1.135.480)	48.596.395	(88.885)	(1.148.529)	47.358.981
Propescas	1.073.430	-	(40.628)	1.032.803	-	(27.085)	1.005.718
Fundo de Coesão	14.566.763	-	(284.143)	14.282.620	-	(284.143)	13.998.477
Medida B5-700	155.749	-	(7.831)	147.918	-	(7.831)	140.087
Outros	94.285	-	(8.194)	86.091	-	(8.194)	77.896
	91.555.630	783.508	(2.098.166)	90.240.972	(88.885)	(2.100.990)	88.051.097

19 Provisões

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe das provisões analisa-se como segue:

	2016	2015
A 1 de janeiro	54.982	433.014
Movimentos em resultados:		
Redução	-	(353.127)
	-	(353.127)
Movimentos em balanço:		
Utilização	(36.625)	(24.905)
A 31 de dezembro	18.357	54.982

Na sequência de realização da empreitada denominada por “Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro”, a Empresa celebrou um contrato com uma entidade externa um contrato de prestação de serviços de monitorização hidrodinâmica da ria de Aveiro, pelo montante global de 293.000 euros. Nas

circunstâncias, tendo em consideração o referido no parágrafo 18 da NRCF 7 - Ativos fixos tangíveis, este montante foi adicionado ao custo diretamente atribuível à referida empreitada. A contrapartida do reconhecimento deste custo foi registada na rubrica de Provisões. Assim, o valor da provisão em 31 de dezembro de 2016 corresponde ao montante contratualizado e ainda não faturado.

20 Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos empréstimos, quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	1.322.053	14.404.764	15.726.817	1.453.632	15.726.819	17.180.451
	<u>1.322.053</u>	<u>14.404.764</u>	<u>15.726.817</u>	<u>1.453.632</u>	<u>15.726.819</u>	<u>17.180.451</u>

Os empréstimos bancários incluem:

(i) Empréstimo Banco Europeu de Investimento (BEI)

O empréstimo junto do BEI, no montante de 25.000.000 euros, resulta de um contrato de financiamento celebrado em 29 de outubro de 2004, que teve por objetivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infraestruturas do Porto de Aveiro.

Em benefício da Empresa, o banco abriu um crédito até ao montante de 30.000.000 euros, tendo sido utilizado um montante de 20.000.000 euros até 31 de dezembro de 2008 e em novembro de 2010 efetuou uma segunda utilização, no montante de 5.000.000 euros, tendo como objetivo o cofinanciamento do projeto de reconfiguração da barra.

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados pela taxa variável do BEI, próxima da taxa Euribor, acrescida de um spread máximo de 0,13%.

Como garantia deste empréstimo, foi assinado um contrato de fiança com o Estado Português.

(ii) Empréstimo BPI, S.A. - Millennium BCP - Banco Comercial Português, S.A.

A APA, S.A. foi solidariamente responsável, em conjunto com a Administração do Porto de Lisboa, S.A., Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., Administração do Porto de Sines S.A., e IPTM, I.P., pela liquidação de um empréstimo contraído pela APP - Associação dos Portos de Portugal (APP)

junto de um sindicato bancário em julho de 2000, o qual se destinou a financiar o reembolso antecipado da totalidade do empréstimo obrigacionista APAJP/94. Em 17 de janeiro de 2007, foram negociados empréstimos bancários o Banco BPI e Banco Millennium BCP, com vista ao financiamento do reembolso antecipado do empréstimo atrás referido, ficando, assim, individualizadas as responsabilidades de cada Administração Portuária e da APP.

O empréstimo, contraído pela APA, S.A., no montante global de 2.500.000 euros, consubstanciou-se:

- Taxa de Juro: Euribor a seis meses, acrescida de uma margem de 0,125% ao ano;
- Pagamento de Juros: semestrais e postecipados;
- Reembolso: dezanove prestações semestrais constantes e sucessivas, de capital e juros, tendo-se vencido a primeira doze meses após a assinatura do contrato (janeiro de 2008).

Resultante deste processo, com a contratação do empréstimo relativo à dívida da APP, assumiu, a APA, S.A. em conjunto com as restantes Administrações Portuárias, a posição de Fiadora.

Realça-se no entanto que, em 17 de janeiro de 2012, a APP procedeu à liquidação total antecipada do referido empréstimo, extinguindo-se, portanto, a responsabilidade da APA, S.A. como fiadora perante a dívida em questão.

A maturidade dos empréstimos bancários não correntes é como segue:

Ano	BEI	BPI / BCP	Total
2017	1.190.474	131.579	1.322.053
2018 - 2024	14.404.766	-	14.404.766
	<u>15.595.240</u>	<u>131.579</u>	<u>15.726.819</u>

21 Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

Não corrente:

	2016	2015
Outras contas a pagar - Ajustamentos em subsídios	<u>19.318.776</u>	<u>19.849.723</u>

No reconhecimento inicial dos subsídios é utilizada uma conta de “Ajustamento a subsídios” no capital próprio (movimento a débito) por contrapartida de uma conta de “Outras contas a pagar” no passivo (movimento a crédito), por conta do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro. Nos períodos subsequentes, os “Ajustamentos a subsídios” são regularizados à medida que os subsídios vão sendo reconhecidos em resultados do período, por contrapartida de Outras contas a pagar.

Corrente:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores investimentos	90.729	65.441
Cauções de fornecedores	67.440	201.083
Credores diversos	83.029	44.891
Outras contas a pagar - Ajustamentos em subsídios	492.721	454.495
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	593.965	558.877
Juros a liquidar	1.364	2.671
Outros	316.872	196.972
	<u>912.202</u>	<u>758.521</u>
	<u><u>1.646.122</u></u>	<u><u>1.524.431</u></u>

Remunerações a pagar - Esta rubrica respeita ao direito ao subsídio de férias e a dias de férias e respetivos encargos obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de cada ano, cujo pagamento irá ocorrer no exercício seguinte.

22 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos de fornecedores analisam-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores - conta corrente	178.353	160.454
Faturas - faturas em receção e conferência	608.865	341.492
	<u><u>787.218</u></u>	<u><u>501.946</u></u>

23 Prestações de Serviços

O montante das prestações de serviços reconhecidas na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prestações de serviços:		
Tarifas de uso do porto - Navio	1.781.783	1.650.734
Amarrar e desamarrar	366.666	347.702
Armazenagem	504.512	284.252
Estacionamento	206.125	257.699
Pilotagem	1.301.834	1.255.730
Tarifas de uso de equipamento	268.257	425.142
Serviços secundários	1.756	15.401
Total	<u>4.430.933</u>	<u>4.236.660</u>

As prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo.

24 Subsídios à Exploração

O montante dos subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados dos exercícios de 2016 e de 2015 é detalhado como segue:

Descrição	Entidade	Recebido e/ou a receber		Reconhecido como rendimento		A reconhecer	
		2015	2016	2015	2016	2015	2016
Projeto Logística CENCYL	FEDER	7.181	-	7.181	-	-	-
Outros	Outros	-	5.971	-	4.965	-	1.006
		<u>7.181</u>	<u>5.971</u>	<u>7.181</u>	<u>4.965</u>	<u>-</u>	<u>1.006</u>

25 Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	545.225	385.362
Publicidade e propaganda	28.332	27.540
Vigilância e segurança	349.514	351.272
Honorários	64.127	63.123
Comissões	117	244
Conservação e reparação	2.407.431	1.479.972
Outros	12.720	9.418
Materiais	43.417	64.408
Energia e fluídos	432.106	450.946
Deslocações, estadas e transportes	7.037	9.080
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	79.041	87.530
Comunicação	61.379	64.603
Seguros	40.674	40.251
Contencioso e notariado	1.797	4.787
Despesas de representação	1.252	2.296
Limpeza, higiene e conforto	39.404	39.482
Outros	35.358	32.863
	<u>4.148.930</u>	<u>3.113.175</u>

Nos Fornecimentos e Serviços Externos registou-se um aumento de 1.035.755 euros, face a 2015. Para esta variação contribuiu de forma significativa e relevante a sub rúbrica Conservação e Reparação, com uma variação desfavorável de 927.459 euros e a sub rúbrica Trabalhos Especializados com uma variação desfavorável de 159.863. O desvio verificado, face a 2015, na Conservação e Reparação é justificado pelo aumento dos gastos suportados com dragagens de manutenção. A variação na rúbrica de Trabalhos Especializados justifica-se pelo encargo com o Plano Estratégico do Porto de Aveiro.

26 Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2016 e de 2015, foram como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remunerações:		
Órgãos sociais	259.171	276.758
Pessoal	<u>3.677.306</u>	<u>3.441.507</u>
	<u>3.936.477</u>	<u>3.718.265</u>
Encargos sobre remunerações	907.256	857.555
Gastos de ação social	18.207	22.814
Outros	<u>63.206</u>	<u>65.921</u>
	<u><u>4.925.146</u></u>	<u><u>4.664.555</u></u>

Durante o exercício o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 101 (2015: 99 funcionários).

As remunerações do pessoal incluem, para além das remunerações base, outras remunerações acessórias, constantes da Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

No que se refere ao cumprimento das orientações legais relativas às remunerações importa realçar que a Empresa não efetuou, em 2016, qualquer redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, atento o estabelecido nos Despachos do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, e aplicou, a partir de 1 de julho de 2016, atos que consubstanciaram valorizações remuneratórias, atento o exposto no despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016.

27 Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros gastos e perdas analisa-se como se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos	167.924	554.018
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	1.704
Donativos	40.700	32.335
Quotizações	14.074	14.438
Outros	16.259	22.100
	<u><u>238.957</u></u>	<u><u>624.595</u></u>

Com a extinção do IPTM I.P. através do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, a comparticipação de 5% das receitas de exploração de cada porto, exceto serviços de pilotagem, que vinha sendo processada a favor deste Instituto e que se encontra relevada nesta rubrica, passou, a partir do exercício de 2013, a ser processada da seguinte forma:

Comparticipação de 3% à Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), de acordo com o estipulado na Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio, e;

Comparticipação de 2% à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) de acordo com o estipulado no Despacho 11317/2016, de 21 de setembro de 2016.

Assim, os impostos e taxas, para além da comparticipação acima mencionada, são constituídos pelo IUC - Imposto Único de Circulação, IVA não dedutível e taxas obrigatórias. A variação na rubrica de Impostos deve-se essencialmente ao reconhecimento do IVA suportado no acordo com a Docapesca, no valor de 391.379 euros.

28 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros rendimentos e ganhos analisa-se como se segue:

	2016	2015
Rendimentos de ocupações (i)	3.906.421	4.424.438
Subsídios ao investimento (ver Nota 18.2)	2.100.990	2.098.166
Rendimentos de concessões (ii)	3.235.091	3.142.099
Concessões a reverter (iii)	3.085.879	3.085.879
Fornecimentos diversos (iv)	571.114	573.807
Penalidade contratual (v)	5.760	199.997
Venda de inertes	472.914	500.038
Recolha de resíduos	58.993	46.516
Descontos pronto pagamento obtidos	74	288
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	36.999	782
Outros	64.705	199.031
	13.538.942	14.271.041

(i) Os rendimentos de ocupações referem-se aos valores faturados pela Empresa ao abrigo de contratos de concessão de uso privativo. De acordo com o estabelecido nos referidos contratos, como contrapartida das parcelas cedidas, a Empresa recebe um montante fixo determinado em função da área concedida.

(ii) Os rendimentos de concessões correspondem aos valores faturados a concessionários de serviço público a operar nas instalações do porto de Aveiro, de acordo com o tarifário definido contratualmente.

(iii) Resultado da aplicação da política contabilística definida na Nota 3.6, no que se refere a ativos de concessões que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a Empresa. A contrapartida do registo dos ativos é efetuada na rubrica "Rendimentos a reconhecer", sendo o correspondente rendimento reconhecido na demonstração dos resultados, linearmente, na rubrica "Outros rendimentos", durante o período da concessão (ver Nota 15).

(iv) Os fornecimentos e serviços diversos referem-se, fundamentalmente, ao rendimento proveniente do fornecimento de energia e água a entidades instaladas no Porto de Aveiro, assim como a navios.

(v) As penalidades contratuais de 2015 resultam do estorno, 261.890 euros, da estimativa do valor a debitar a uma concessão de uso privativo, pelo facto das quantidades movimentadas terem sido inferiores às mínimas estabelecidas contratualmente, bem assim como a emissão de uma penalidade contratual por incumprimento na Empreitada de Reforço dos Interfaces Ferroviários dos Terminais de Graneis Líquidos e Sólidos do Porto de Aveiro, no valor de 147.327 euros e a aplicação de uma penalidade contratual pelo incumprimento da movimentação de carga a que estava obrigada uma concessionária no valor de 314.559 euros.

29 Gastos e Rendimentos Financeiros

Os gastos e rendimentos financeiros em 2016 e 2015 foram como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Gastos financeiros		
Juros suportados	32.828	60.938
	<u>32.828</u>	<u>60.938</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos de aplicações financeiras	29.887	312.176
Juros de mora debitados a clientes	26.750	-
	<u>56.637</u>	<u>312.176</u>

Os juros suportados correspondem aos empréstimos obtidos referidos na Nota 20.

30 Imposto do Exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto s/ rendimento corrente	(11.651)	(18.877)
Imposto s/ rendimento diferido	(178.158)	(178.158)
Imposto sobre o rendimento	<u>(189.809)</u>	<u>(197.035)</u>

A Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupo de sociedades, previsto no artigo 69º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual.

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas Demonstrações Financeiras.

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama Municipal	1,50%	1,50%
Taxa média ponderada aplicável à Empresa	<u>22,50%</u>	<u>22,50%</u>

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas Demonstrações Financeiras, é conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado antes de Imposto	1.438.827	3.064.353
Variações patrimoniais positivas	-	-
Variações patrimoniais negativas	-	-
	<u>1.438.827</u>	<u>3.064.353</u>
Taxa de Imposto	22,5%	22,5%
Encargo teórico com IRC	<u>323.736</u>	<u>689.479</u>
Gastos não dedutíveis:		
Ajustamentos tributados	3.770	362.945
Amortizações de ativos intangíveis - Concessões	516.164	516.164
Outros	17.909	3.682
Rendimentos não tributados:		
Método de equivalência patrimonial	(195.606)	(166.045)
Reversão de provisões	-	(79.454)
Reversão de ajustamento tributados	(93.413)	(229.474)
Rendimento de ativos intangíveis - Concessões	(694.323)	(694.323)
Outros	(19.622)	11.337
Prejuízos fiscais	141.384	(414.313)
Tributação Autónoma	11.651	11.468
Derrama Municipal	-	7.409
	<u>11.651</u>	<u>18.877</u>
Imposto s/ rendimento corrente	11.651	18.877
Imposto s/ rendimento diferido	178.158	178.158
Imposto s/ rendimento	<u>189.809</u>	<u>197.035</u>
Taxa efetiva de imposto	13,2%	6,4%

Os prejuízos fiscais disponíveis podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais futuros. Assim, os prejuízos fiscais disponíveis em 31 de dezembro de 2016, sujeitos a confirmação pela Autoridade Tributária, ascendem a 6.110.084 euros, e podem ser deduzidos aos futuros lucros tributáveis do grupo como segue:

Ano	Valor	Ano limite para utilização
2013	451.498	2018
2014	1.414.889	2026
2015	1.347.472	2027
2016	2.896.225	2028
	6.110.084	

A quase totalidade destes prejuízos foi gerada pela subsidiária APFF. A Empresa optou por não proceder ao reconhecimento contabilístico de ativos por impostos diferidos, nomeadamente sobre as perdas fiscais reportáveis e sobre os ajustamentos de valor para além dos limites legais, atendendo à difícil previsão quanto à sua materialização como benefício.

31 Compromissos

Os compromissos financeiros assumidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2016 ascendem a 528.690 euros (2015: 1.354.537 euros), e são como se segue:

	2016
Empreitada de Requalificação do Caminho de Rolamento, Caleira e Pavimentos do Terminal Norte do Porto de Aveiro	210.000
Empreitada de Vedação do Terminal Norte, Terminal de Graneis Líquidos e do Feixe de Linhas do Porto de Aveiro	115.431
Elaboração do Plano Estratégico do Porto de Aveiro	103.250
Empreitada de Reabilitação do Pavimento do Terminal de Graneis Sólidos do Porto de Aveiro	24.000
Estudo de Modelo de Processos e Especificação Funcional de Portaria e Controlo de Acessos do Porto de Aveiro	23.837
Projeto de Execução das Infraestruturas da ZALI	14.896
Projeto de Reparação do Caminho de Rolamentos de Guindastes do Terminal Sul do Porto de Aveiro	14.800
Empreitada de Substituição de Tampas de Caixas de Visita no Terminal Norte do Porto de Aveiro	14.600
Outros	7.875
	528.690

32 Matérias Ambientais

A Empresa no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados. Durante os exercícios de 2016 e de 2015 a Empresa não capitalizou encargos de carácter ambiental.

Os gastos de carácter ambiental registados nos exercícios de 2016 e de 2015 ascenderam a 102.227 euros e 121.336 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

33 Partes Relacionadas

A Empresa é controlada pelo Estado Português - Direção Geral do Tesouro e Finanças, que detém 100% do seu capital. Por sua vez, conforme referido na Nota 9, a Empresa detém uma participação representativa do capital social da APFF, S.A..

(i) Transações com a subsidiária

Durante os exercícios de 2016 e de 2015, as transações mais significativas com a subsidiária foram como segue:

	2016	2015
Serviços prestados:		
APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	133.046	116.914
	<u>133.046</u>	<u>116.914</u>

	2016	2015
Outros Gastos e Perdas		
APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	911	-
	<u>911</u>	<u>-</u>

	2016	2015
Alienação de ativos fixos tangíveis		
APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	332	-
	<u>332</u>	<u>-</u>

(ii) Saldos com a subsidiária

No final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos resultantes de transações efetuadas com a subsidiária são como segue:

	2016	2015
Devedores diversos:		
APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	-	45.178
	<u>-</u>	<u>45.178</u>

	2016	2015
Outras contas a receber		
Acionistas (Passivo - Outras contas a pagar)	658	1.093
	<u>658</u>	<u>1.093</u>

34 Ativos e Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa não apresentava qualquer ativo ou passivo que pudesse ser classificado como contingente.

Em 31 de dezembro de 2016, os principais processos que a APA, S.A. tinha em curso eram os seguintes:

(i) - Proc. Nº 553/05.7 BEVIS T. Administrativo e Fiscal de Viseu

Autor: Seacarrier- Soc. de Navegação e Transportes S.A.

Rés: Apa, S.A. e Socarpor- Soc. Cargas Portuárias de Aveiro, S.A.

Pedido: Impugnação do tarifário da concessionária do terminal sul do porto de Aveiro (Socarpor S.A.) e restituição por esta empresa de tarifas cobradas à Autora no valor de 11.693 euros

Estado do processo: foi proferida sentença em 06/09/2016, já transitada em julgado, que absolveu as Rés dos pedidos formulados pela Autora;

(ii) - Proc. Nº 1119/10.5.TYLSB Tribunal Comércio de Lisboa - 1º Juízo

Insolvência da C.N.E- Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S.A. - a APA, S.A. integra a Comissão de Credores, reclamou e viu reconhecido crédito comum seu sobre a insolvente no montante de 1.714.665 euros.

Estado do Processo: aguarda a venda dos bens apreendidos pela massa insolvente para subsequente rateio e pagamento aos credores.

(iii) - Proc. Nº 379/09.9BEAVR- TAF- AVEIRO

Autor: TCGL-Terminal de Carga Geral Granéis de Leixões, S.A. e Aveiport, Lda.

Rés: APA, S.A. e SOCARPOR, S.A.

Pedido de anulação de contrato de concessão para a ocupação de uma parcela dominial no Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aveiro.

Estado do Processo: Proferida sentença, já transitada em julgado, a qual decretou a extinção da instância por desistência do pedido formulado pela Autora contra as Rés.

(iv) - Proc. Nº 571/12.9T2BEAVR- Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autora: Vera Conceição Rodrigues Costa Gonçalves

Rés: Município de Ovar, APA, S.A., Estradas de Portugal, S.A. e Companhia de Seguros Fidelidade, S.A.

A Autora pede a condenação das Rés a pagarem-lhe danos patrimoniais e não patrimoniais no montante de 15.900 euros, sem prejuízo de liquidação ulterior em sede de execução de sentença, resultantes de acidente de viação ocorrido pela queda de árvore entre a EN 327 e o Cais da Pedra, no Carregal, Ovar.

Estado do Processo: realizada audiência prévia em 06-10-2015, aguarda marcação da audiência de julgamento;

(v) - Proc. Nº 192/14.1BEAVR TAF- AVEIRO

Autor: Aveiport - Sociedade Operadora Portuária de Aveiro, Lda.

Ré: APA, S.A.

Ação Administrativa especial na qual é peticionada a apreciação da legalidade de normas do tarifário da APA, S.A., que aplica a taxa a suportar pela Aveiport pela utilização de grua privada para movimentação das suas cargas nos terminais do sector norte do Porto de Aveiro.

Estado do processo: aguarda Sentença;

(vi) - Proc. Nº 949/15.6BEAVR TAF- AVEIRO

Autor: Aveiport - Sociedade Operadora Portuária de Aveiro, Lda.

Ré: APA, S.A.

Contra-interessada: Hortofrades, S.A.

Ação Administrativa Especial na qual é peticionada a anulação da deliberação de 23 de abril de 2015 do CA da APA, S.A. que determinou a emissão dos alvarás de licença para o uso privativo dos armazéns nº 2 e 3 do no terminal norte do porto de Aveiro.

Estado do processo: fase de articulados

(vii) - Proc. Nº 295/16.8 BELRA TAF- AVEIRO

Autor: Hortofrades, S.A.

Ré: APA, S.A.

Ação Administrativa na qual é peticionada a anulação da deliberação de 3 de dezembro de 2015 do CA da APA, S.A. que determinou a extinção dos alvarás de licença para o uso privativo dos armazéns nº 2 e 3 do no terminal norte do porto de Aveiro, a posse administrativa dos referidos armazéns e a execução de caução prestada pela Autora no montante de 30.000 euros e ainda a cobrança coerciva das taxas de ocupação que se mostrassem por ela devidas.

Estado do processo: aguarda marcação audiência prévia/ julgamento

(viii) - Proc. Nº 1206/14.0BEAVR TAF- AVEIRO

Autor: Aveiport - Sociedade Operadora Portuária de Aveiro, Lda

Ré: APA, S.A.

Contra-interessada: PTM Ibérica Unipessoal, Lda.

Ação Administrativa Especial na qual é peticionada a anulação da deliberação de 09 de julho de 2014 do CA da APA, S.A. que determinou a emissão de licença para o exercício da atividade de empresa de estiva à contra-interessada PTM, Lda., no porto de Aveiro.

Estado do processo: aguarda sentença;

(ix) - Proc. Nº 2/16.5BEAVR TAF- AVEIRO

Autor: NAVALPEP- ESTALEIRO, Lda.

Ré: APA, S.A.

Ação administrativa na qual é peticionada a nulidade do ato administrativo de reversão gratuita de imóveis operada pela APA, S.A. e consequente condenação a pagar à Autora o respetivo valor, ou em alternativa, o valor dos investimentos por ela neles realizados e ainda não amortizados e cuja quantificação foi relegada para perícia e efetuar nos autos.

Estado do processo: encontra-se agendada audiência prévia para 09/05/2017;

(x) - Proc. Nº 982/13.2BEAVR TAF- AVEIRO

Autor: Svitzer Portugal Reboques Marítimos S.A.

Ré: APA, S.A.

Contra-interessada: Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.

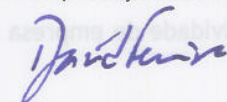
Ação Administrativa Especial na qual é peticionada a anulação da deliberação de 31 de julho de 2013 do CA da APA, S.A. que determinou a adjudicação à contra-Interessada “da concessão da atividade de reboque, em regime de serviço público no porto de Aveiro” .

Estado do processo: Proferida sentença decretando a extinção da instância por desistência do pedido formulado pela Autora contra a Ré.

A Administração considera que dos processos acima mencionados não resultará qualquer encargo, pelo que os mesmos foram considerados como contingentes.

35 Eventos subsequentes

Não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2016 que possam influenciar a apresentação e interpretação das Demonstrações Financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2016.



O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

